



**PROJECTO “INCENTIVAR INVESTIMENTOS EM
NUTRIÇÃO E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA ENTRE
AGREGADOS FAMILIARES VULNERÁVEIS”**

Projecto N.º P506027

PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES

INTERESSADAS (PEPI)

JANEIRO 2025

A decorative footer graphic consisting of a grid of squares in various shades of red and brown, creating a pixelated or mosaic effect.

Acrónimos

ADECOS	Agente de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário
ADRA	Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
ADPP	Associação para o Desenvolvimento de Povo para Povo
AECENEH	Associação de Cegos e Estudantes com Necessidades Especiais do Huambo
AF	Agregado Familiar
ALPA	Associação de Apoio a Pessoas Albinas
ANDA	Associação Nacional dos Deficientes de Angola
ANCAA	Associação Nacional de Cegos e Ambliópes de Angola
BM	Banco Mundial
CASI	Centro de Acção Social Integrada
CSU	Cadastro Social Único
DMAS	Direcção Municipal de Acção Social
EAS/AS	Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual
ENFOTESS	Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social
EMIS	Empresa Interbancária de Serviços
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAS-IDL	FAS-Instituto de Desenvolvimento Local
FDSJ	Fundo de Desenvolvimento Social do Japão
GASFIG	Gabinete de Acção Social Família e Igualdade de Género
GoA	Governo de Angola
GRS	Serviço de Reparação de Reclamações (<i>pelas siglas em inglês</i>)
INE	Instituto Nacional de Estatística
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
KWENDA II	Projecto de Melhoria do Sistema de Protecção Social para o Capital Humano e Resiliência
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MAPTESS	Ministério da Administração Pública, Trabalho, Emprego e Segurança Social
MAT	Ministério da Administração do Território
MCS	Meios de Comunicação Social
ME	Minorias Etnolinguísticas
MED	Ministério da Educação
MINAGRIF	Ministério da Agricultura e Florestas
MINAMB	Ministério do Ambiente
MINJUDH	Ministério da Justiça e Direitos Humanos
MININT	Ministério do Interior
MINSÁ	Ministério da Saúde
M&A	Monitoria & Avaliação
NAS	Norma Ambiental e Social
MR	Mecanismo de Responsabilização
OBFs	Organizações Baseadas na Fé
OCADEC	Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário
OCBs	Organizações Comunitárias de Base
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OYO	Omunga Yokuatisa Oloansa

PA	Partes Afectadas
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
PFPS-KWENDA	Projecto de Fortalecimento da Protecção Social – KWENDA
PINRCAFV	Projecto “Incentivar Investimentos em Nutrição e Resiliência Climática entre Agregados Familiares Vulneráveis”
PIAs	Partes Interessadas e Afectadas
PI	Partes Interessadas
QSA	Quadro Social e Ambiental
SIC	Serviços de Investigação Criminal
SPEREC	Sistema de Participação e Reclamações
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
US\$	Dólar americano
VBG	Violência Baseada no Género

Índice

.....	1
ÍNDICE DE TABELAS.....	6
I. INTRODUÇÃO/DESCRIÇÃO DO PROJECTO.....	1
II OBJECTIVO DO DO PEPI.....	2
III IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS.....	2
3.1 Metodologia.....	2
3.2 Partes Afectadas e outras Partes Interessadas.....	2
Tabela 1: Principais Partes Afectadas e outras Partes Interessadas a serem consultadas (PINRCAFV).....	3
3.3 Indivíduos e grupos desfavorecidos vulneráveis.....	4
4.1 Resumo do envolvimento das Partes Interessadas (durante a preparação do Projecto).....	4
Tabela 3: Número de instituições, entidades e grupos consultados.....	4
4.2. Resumo das necessidades das partes interessadas do projecto e métodos, ferramentas e técnicas para engajamento das partes interessadas.....	7
Tabela 4: Resumo das necessidades, métodos e ferramentas para o engajamento das Partes Interessadas (PI).....	8
4.3 Plano de Envolvimento das Partes Interessadas.....	12
Tabela 5: Estratégia para consulta das Partes Interessadas.....	12
4.4 Feedback às Partes Interessadas.....	13
V RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS.....	14
Tabela nº 6: Orçamento Anual Estimado FAS-IDL.....	14
5.2. Funções e responsabilidades de gestão.....	14
VI SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO E RECLAMAÇÕES (SPEREC).....	15
6.1 Descrição do SPEREC – PINRCAFV.....	16
6.2 Mecanismo Participação e Reclamações dos Trabalhadores (MPRT).....	17
VII MONITORIAMENTO E RELATÓRIOS.....	17
7.1. Resumo de como a implementação do PEPI será monitorada e relatada.....	17
Tabela nº 7: Indicadores de monitorização das actividades.....	17
ANEXOS.....	19
ANEXO 1: STAKEHOLDERS IDENTIFICADOS.....	19
ANEXO 2: SÍNTESE DOS ENCONTROS COM AS PIAS NO PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO PROJECTO (DEZEMBRO 2025-JANEIRO 2026).....	21
ANEXO 3: FORMULÁRIO DE REGISTO DE RECLAMAÇÕES.....	28
ANEXO 3.1: Qualificadores do SPEREC – TSM/CH/IP.....	28
ANEXO 3.2: Qualificadores do SPEREC – ADECOS.....	31

ANEXO 4: LISTA DE ATENDIMENTO DO SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO E RECLAMAÇÕES (SPEREC) 33

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Principais Partes Afectadas e outras Partes Interessadas a serem consultadas (KWENDA II).....	3
Tabela 2: ONGS/Associações que representam indivíduos e grupos desfavorecidos.....	4
Tabela 3: Número de instituições, entidades e grupos consultados	4
Tabela 4: Resumo das necessidades, métodos e ferramentas para o engajamento das Partes Interessadas (PI)	8
Tabela 5: Estratégia para consulta das Partes Interessadas	12
Tabela 6: Orçamento Annual Estimado IDL-FAS	14
Tabela 7: Indicadores de monitorização das actividades	17

I. INTRODUÇÃO/DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O Governo da República de Angola, através do Instituto de Desenvolvimento Local – FAS (FAS-IDL), com apoio técnico do Banco Mundial (BM) e financiamento do Fundo de Desenvolvimento Social do Japão, irá implementar o Projecto PINRCAFV, concebido como um piloto para testar abordagens e metodologias inovadoras que promovam práticas positivas de nutrição e inclusão produtiva resiliente ao clima. O Projecto visa apoiar a futura implementação do KWENDA II, em particular a subcomponente de aumento dos investimentos em capital humano, contribuindo para o enfrentamento dos desafios persistentes da pobreza, desigualdade, desnutrição infantil, baixa inclusão económica e crescente exposição a riscos climáticos, que afectam sobretudo as populações rurais mais vulneráveis, com destaque para mulheres, jovens e comunidades marginalizadas.

Com um financiamento de US\$ 2.731.475, o Projecto tem como objectivo melhorar o acesso a serviços de nutrição materno-infantil e a actividades de geração de renda resilientes ao clima para cerca de 3.000 famílias beneficiárias (75% chefiadas por mulheres), nas províncias do Cunene (Ombadja e Xangongo) e do Huambo (Catchiungo). O Projecto será coordenado pelo FAS-IDL, com apoio técnico do BM, e contará com o engajamento dos governos provinciais, Administrações Municipais, Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

O PINRCAFV integra três componentes, a saber:

Componente 1 – Nutrição e Capital Humano: tem como objectivo incentivar a adopção de práticas positivas de saúde, nutrição e desenvolvimento na primeira infância, por meio de transferências monetárias condicionais associadas a incentivos comportamentais e ao uso de ferramentas digitais para monitorizar a adesão dos beneficiários.

Componente 2 – Inclusão Económica Resiliente ao Clima: Visa fortalecer a inclusão económica de agregados familiares vulneráveis, promovendo a criação e o desenvolvimento de microempresas locais resilientes à seca e à variabilidade climática, através de formação técnico-profissional, mentoria personalizada e microfinanciamento seleccionados com participação comunitária.

Componente 3 – Aprendizagem Operacional: Tem como objectivo gerar evidências para políticas públicas, mediante a documentação sistemática de resultados, boas práticas e lições aprendidas, avaliando a eficácia e a escalabilidade das abordagens testadas no âmbito do Projecto.

O PINRCAFV apoiará ainda a concepção e pilotagem de medidas de acompanhamento inovadoras para beneficiários de programas de protecção social, com foco na saúde, nutrição e inclusão económica resiliente ao clima. As actividades do Projecto visam promover mudanças comportamentais positivas nas comunidades-alvo, acelerar a adopção de serviços-chave e avaliar a eficácia e a escalabilidade das abordagens testadas.

O PINRCAFV está a ser preparado no âmbito do Quadro Social e Ambiental (QSA) do Banco Mundial. De acordo com a Norma Ambiental e Social 10 sobre Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações, as agências implementadoras irão fornecer às PIs informações oportunas, relevantes, compreensíveis e acessíveis, e consultá-las de maneira culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, coerção, discriminação ou intimidação.

II OBJECTIVO DO DO PEPI

O objectivo geral deste Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) é definir um programa para o envolvimento das PIs, que inclua a divulgação e a consulta pública ao longo de todo o ciclo do Projecto com vista a aumentar e melhorar a comunicação com as Partes Interessadas e Afectadas (PIAs) e a sua participação, dando particular atenção aos grupos mais vulneráveis, incluindo as Minorias Etnolinguísticas (ME), bem como o modo de funcionamento e tratamento das reclamações por via dos Mecanismos de Reclamações, procedimentos de monitorização e recursos necessários para a implementação do PEPI.

III IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

3.1 Metodologia

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o envolvimento das Partes Interessadas (PI):

Abertura e abordagem do ciclo de vida: As consultas públicas serão realizadas ao longo do ciclo de vida do Projecto, de forma aberta e livre de manipulação, interferência, coerção ou intimidação;

Participação informada e feedback: As informações serão disponibilizadas e amplamente divulgadas às PI em formatos adequados às suas necessidades, assegurando oportunidades de recolha, análise e resposta ao feedback, comentários e preocupações;

Inclusão e sensibilidade: A identificação das PI visa garantir uma comunicação eficaz e um processo de participação inclusivo, com acesso equitativo à informação. Será dada especial atenção aos grupos vulneráveis, nomeadamente mulheres, idosos, pessoas com deficiência e ME;

Flexibilidade: A metodologia de consulta será adaptada às especificidades socioculturais e às rotinas das PI.

3.2 Partes Afectadas e outras Partes Interessadas

As Partes Afectadas e Interessadas incluem outras entidades, ainda que não sejam alvo de impactos directos do Projecto, considerando que os seus interesses podem impactar e/ou influenciar, positiva e/ou negativamente a implementação do Projecto. A Tabela 1 apresenta as PIAs que foi concebida com base na experiência do FAS-IDL com vista a salvaguardar a inclusão de todas partes interessadas.

Tabela 1: Principais Partes Afectadas e outras Partes Interessadas a serem consultadas (PINRCAFV)

Partes interessadas que podem ser afectadas, directa ou indirectamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
<p>População e sociedade civil em geral; Assembleia Nacional; Beneficiários e não beneficiários - municípios do Cachiungo (Huambo) e Ombadja (Cunene); Grupos sociais vulneráveis (idosos, pessoas com deficiências, crianças, pessoas analfabetas, grupos etnolinguísticos minoritários (San, Vátuas), mulheres no geral e mães chefes de família em particular, pessoas com albinismo e pessoas com doenças crónicas); Ministérios e serviços directa ou indirectamente interessados: Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU); Administração do Território (MAT); Finanças (MINFIN); Justiça e Direitos Humanos (MINJUDH); Agricultura e Florestas (MINAGRIF); Comércio e Indústria; Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social; Saúde (MINSa); Educação (MED); Secretaria de Estado para os Assuntos Sociais da Presidência da República; Interior (MININT)/Comissão Nacional de Protecção Civil e Bombeiros; Defesa Nacional; Ambiente (MINAMB)/Secretaria de Estado para o Ambiente; Economia/Instituto Nacional de Estatística; Banco Nacional de Angola (BNA), Bancos Comerciais, Agências de Pagamento, Correspondentes Bancários e comerciantes locais; Partidos Políticos com Assento Parlamentar; Associações Comerciais e Industriais; Cooperativas de produção; Ordens profissionais; Influenciadores locais (Catequistas, Pastores, Padres, etc.); Governos Provinciais do Huambo e do Cunene, incluindo as Administrações Municipais de Cachiungo e Ombadja; Nações Unidas; Comissão Provincial/Municipal de Protecção Civil e Bombeiros; Organizações Não-Governamentais; Meios de Comunicação Social (MCS);tuições Académicas.</p>	<p>Comité Técnico Central: Representante do MAT; Representante do MASFAMU; Representante do MINPLAN; Representante do MINJUDH; Representante do MINAGRIF; Representante do Ministério da Saúde; Representante do Ministério do Ambiente; Representante do BM em Angola; Representante da JICA; Director Geral do FAS-IDL; FAS-IDL e seus Departamentos nas províncias (Huambo e Cunene); Municípios de Cachiungo e Ombadja, incluindo as respectivas Administrações Municipais, Comissões de Moradores, Autoridades Tradicionais, Formadores e Supervisores de ADECOS, Organizações Não-Governamentais (ONG's), Organizações Comunitárias de Base (OCB's), Organizações Baseadas na Fé (OBF's); Centros de Acção Social Integrados (CASI's); Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS); Bancos Comerciais, Agências de Pagamento, Correspondentes Bancários, comerciantes e operadoras de telefonia móvel; Empresa Interbancária de Serviços (EMIS); Agentes da Ordem Pública e Forças Armadas. Agregados Familiares e Comunidades.</p>	<p>Ministério do Planeamento (MINPLAN) Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU); Ministério da Administração do Território (MAT); Ministério da Comunicação Social; Ministério do Ambiente (MINAMB); Ministério do Interior (MININT); Partidos Políticos com assento no Parlamento; FAS-IDL; Influenciadores locais (Catequistas, Pastores, Professores, Enfermeiros, Igrejas, lideranças tradicionais); Governos Provinciais e Administrações locais; BNA, Bancos Comerciais; Agentes Locais de Pagamento; Meios de Comunicação Social; Organizações da Sociedade Civil; Fazedores de opinião; Agregados familiares e comunidades no geral Associações/Cooperativas de produção; Instituições académicas; Indivíduos com necessidades específicas (idosos, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crónicas); Indivíduos e famílias expostos a choques (económicos, sociais e ambientais).</p>

3.3 Indivíduos e grupos desfavorecidos vulneráveis

Fazem parte das PIAs do Projecto **PINRCAFV**, grupos sociais em situação de vulnerabilidade (mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes, pessoas com doenças crónicas, ME, como os San e Vátwa no sul de Angola, comunidades que estejam expostas a choques (climáticos, sociais e económicos).

3.3.1 ONGs nacionais que representam indivíduos e grupos desfavorecidos

No âmbito do **PINRCAFV**, são parte das PIAs algumas ONGs que trabalham com indivíduos e grupos desfavorecidos nas províncias de intervenção do Projecto, conforme se evidencia na Tabela 2.

Tabela 2: ONGs/Associações que representam indivíduos e grupos desfavorecidos

Nº	Designação	Cobertura Geográfica
1	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente [ADRA]	Nacional
2	Associação de Cegos e Estudantes com Necessidades Especiais do Huambo [AECENEH]	Huambo
3	Associação de Apoio a Pessoas Albinas [ALPA]	Cunene
4	[Associação Nacional dos Deficientes de Angola [ANDA]	Nacional
5	Associação Nacional de Cegos e Ambliopes de Angola [ANCAA]	Nacional
6	Fundação CODESPA	Nacional
7	Omunga Yokuatisa Oloansa [OYO]	Huambo
8	Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário [OCADEC]	Cunene

O PEPI considera as limitações linguísticas e de alfabetização de algumas PIs, prevendo o recurso a línguas nacionais sempre que necessário, de modo a garantir a sua inclusão e participação efectiva.

IV PROGRAMA ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

4.1 Resumo do envolvimento das Partes Interessadas (durante a preparação do Projecto)

O processo de consulta às PIAs decorreu entre 15 de Dezembro de 2025 e 10 de Janeiro de 2026, abrangendo as províncias de Luanda, Cunene e Huambo, com foco nos municípios de Ombadja e Cachiungo. Foram realizados 11 encontros, envolvendo **253** participantes, dos quais **43%** mulheres, com vista à recolha de contributos para o Projecto e ao reforço da credibilização e legitimação das instituições e acções propostas. Mais detalhes constam da Tabela nº 3 e do Anexo1.

Tabela 3: Número de instituições, entidades e grupos consultados

Tipo de Encontro / Entidade	Município	Homens (H)	Mulheres (M)	Total (T)
Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade	Cachiungo	25	5	30
	Ombadja	53	28	81
Grupos Focais (Homens e Mulheres)	Cachiungo	17	36	53
	Ombadja	15	16	31
Grupos Focais (Jovens)	Cachiungo	13	13	26
	Ombadja	14	6	20
Departamentos Ministeriais	Luanda	4	2	6
OSCs, Agências das Nações Unidas	Luanda	3	1	4
Projectos financiados pelo BM	Luanda	0	1	1
Total		144	109	253

4.1.1 Principais resultados/contibutos do processo de Consulta Pública

Esta secção resume os principais resultados do processo de consulta pública, evidenciando contributos que confirmam a pertinência do Projecto e apresentam recomendações técnicas e operacionais para o seu aperfeiçoamento.

Socialização das metas e abordagem do Projecto

Os participantes demonstraram uma compreensão clara dos objectivos do Projecto, do seu carácter piloto e da sua complementaridade com o Programa KWENDA, reconhecendo o enfoque na nutrição materno-infantil, no reforço do capital humano e na inclusão produtiva resiliente ao clima. Foi validada a pertinência da selecção territorial das áreas de intervenção, com reconhecimento das especificidades dos contextos do Cunene e do Huambo e da necessidade de abordagens diferenciadas e adaptativas face às vulnerabilidades locais. As consultas clarificaram o público-alvo, destacando mulheres, crianças e jovens como grupos prioritários, e reforçaram a importância de mecanismos participativos, transparência na selecção dos beneficiários e do uso de incentivos comportamentais e condicionalidades como instrumentos de responsabilização e apropriação comunitária. De forma transversal, a socialização das metas e da abordagem do Projecto contribuiu para alinhar expectativas, reduzir riscos de incompreensão ou contestação e fortalecer o envolvimento informado das partes interessadas ao longo da implementação.

Recepção de contribuições técnicas e operacionais (critérios e condicionalidades)

Recomendou-se a adopção de critérios de selecção claros, transparentes e verificáveis a nível comunitário, priorizando agregados familiares (AFs) chefiados por mulheres, famílias com crianças menores de cinco anos em risco de desnutrição e outros grupos em situação de vulnerabilidade acrescida. Foi salientada a necessidade de critérios de elegibilidade e condicionalidades simples, culturalmente adequadas, sensíveis às desigualdades sociais e ajustados às especificidades contextuais, distinguindo situações de insegurança alimentar estrutural, como no Cunene, e vulnerabilidade sazonal, como no Huambo.

Quanto às condicionalidades, destacou-se o consenso em concebê-las como instrumentos de incentivo a comportamentos positivos, alinhados com os sistemas nacionais, em especial os serviços de saúde materno-infantil, integrando componentes pedagógicas, flexibilidade, acompanhamento e mecanismos de segunda oportunidade antes de qualquer penalização. Entretanto, um alerta foi feito sobre o risco de uma das condicionalidades estar associada ao acesso aos serviços de saúde face à insuficiente cobertura deste serviço. Foi ainda sugerida a revisão do modelo de atribuição da prestação adicional, considerando o número de crianças elegíveis. No conjunto, os contributos reforçam que critérios e condicionalidades bem definidos e adaptados ao contexto local são determinantes para a transparência, inclusão social e eficácia do Projecto.

Foi amplamente recomendada a adopção de critérios de selecção claros, transparentes e verificáveis a nível comunitário, priorizando agregados familiares chefiados por mulheres, famílias com crianças menores de cinco anos, em risco ou situação de desnutrição, bem como grupos em situação de vulnerabilidade acrescida, incluindo pessoas com deficiência, doenças crónicas e agregados monoparentais.

Os contributos destacaram a importância de uma abordagem territorialmente diferenciada, reconhecendo contextos de insegurança alimentar estrutural e seca recorrente, como no Cunene, e contextos de vulnerabilidade predominantemente sazonal, como no Huambo, de modo a assegurar maior equidade e adequação operacional.

Relativamente às condicionalidades, foi consensual a necessidade de que estas sejam simples, mensuráveis, culturalmente adequadas e alinhadas com os sistemas nacionais existentes, particularmente à aquelas ligadas aos serviços de saúde materno-infantil, evitando complexidade excessiva e riscos de exclusão indevida.

Os participantes recomendaram que as condicionalidades sejam concebidas como instrumentos de incentivo a comportamentos positivos, com forte componente pedagógica e de sensibilização comunitária prévia, prevendo mecanismos de flexibilidade, acompanhamento e segunda oportunidade antes de qualquer medida de penalização.

Foi igualmente sugerida a revisão do modelo de atribuição da prestação adicional, de forma a clarificar o seu uso racional junto dos beneficiários e a considerar ajustamentos em função do número de crianças elegíveis, especialmente menores de cinco anos ou em risco nutricional.

De forma transversal, os contributos reforçam que critérios e condicionalidades bem definidos, comunicados de forma clara e adaptados ao contexto local são determinantes para promover apropriação comunitária, transparência, inclusão social e eficácia do Projecto.

Identificação de riscos sociais, ambientais e barreiras de acesso

Os contributos recolhidos no processo de consulta pública permitiram identificar, de forma consistente, riscos sociais, ambientais e barreiras de acesso que podem afectar a implementação e os resultados do Projecto, confirmando a relevância de uma abordagem territorialmente diferenciada e adaptada ao contexto local.

Do ponto de vista ambiental e climático, destacaram-se os impactos da seca recorrente, da irregularidade das chuvas e degradação dos meios de subsistência, sobretudo em contextos de insegurança alimentar estrutural como é o caso do Cunene. Entre os principais riscos sociais identificados figuram a elevada vulnerabilidade dos AFs chefiados por mulheres, a desnutrição infantil, o desemprego juvenil e o recurso a estratégias negativas de sobrevivência, incluindo migração forçada e trabalhos precários.

Foram igualmente identificadas barreiras de acesso aos serviços públicos, associadas à distância geográfica aos serviços de saúde e de acção social, aos custos directos e indirectos da sua utilização, à fraca oferta de serviços em algumas localidades e a limitações de informação e comunicação ao nível comunitário.

Adicionalmente, foi assinalado o risco de exclusão indevida de beneficiários caso as condicionalidades não sejam adequadamente adaptadas aos choques climáticos e económicos, bem como às limitações estruturais de acesso aos serviços.

Os contributos reforçam a necessidade de mecanismos de acompanhamento e de comunicação comunitária flexíveis, bem como de articulação com os serviços locais, para assegurar a inclusão, a equidade e a eficácia do Projecto.

Práticas culturais e estratégias de resiliência

Os contributos recolhidos evidenciam a centralidade das práticas culturais locais e das estratégias comunitárias de resiliência como factores determinantes para a eficácia e sustentabilidade do Projecto, em alinhamento com os objectivos definidos nos Termos de Referência.

Foi amplamente reconhecida a necessidade de integrar conhecimentos, hábitos alimentares e práticas tradicionais na concepção e implementação das actividades de nutrição, valorizando o uso de alimentos localmente disponíveis e culturalmente aceites.

As consultas destacaram o papel estratégico de actores comunitários tradicionais, nomeadamente parteiras tradicionais, autoridades locais e líderes comunitários, como agentes de mobilização social, sensibilização nutricional e mediação cultural entre o Projecto e as famílias beneficiárias.

As estratégias locais de resiliência identificadas incluem a diversificação alimentar e produtiva, o recurso a culturas resilientes à seca (como mandioca e batata-doce), a criação de animais de pequeno-porte, o aproveitamento de frutos silvestres e a adaptação dos calendários agrícolas à variabilidade climática.

Mecanismos de coordenação institucional

Os contributos recolhidos no âmbito da consulta pública encontram-se amplamente alinhados com os objectivos e temas definidos nos Termos de Referência, validando a lógica de intervenção do Projecto e a sua adequação aos diferentes contextos territoriais.

As recomendações apresentadas reforçam a necessidade de aperfeiçoar os critérios de elegibilidade e as condicionalidades, assegurando abordagens simples, realistas, culturalmente adequadas e sensíveis às desigualdades de género, idade, deficiência e vulnerabilidade socioeconómica.

No domínio da coordenação institucional, os participantes sublinharam a importância de formalizar estruturas locais de coordenação participativa, envolvendo administrações municipais, serviços sectoriais relevantes (acção social, saúde, agricultura), ADECOS, autoridades tradicionais e organizações da sociedade civil, garantindo representação efectiva dos beneficiários.

Foi destacada a necessidade de clarificar papéis e responsabilidades entre os diferentes níveis de implementação, promovendo uma articulação funcional entre as componentes de Protecção Social e Nutrição e de Inclusão Produtiva, de modo a assegurar coerência operacional e evitar percepções de desigualdade.

Os contributos recomendam o aproveitamento de mecanismos e comités técnicos existentes no âmbito de projectos anteriores, como o KWENDA e iniciativas afins, bem como a formalização de protocolos de coordenação interinstitucional, para que se evitem duplicações e se potenciem sinergias.

Adicionalmente, foi enfatizada a importância de mecanismos regulares de partilha de informação, comunicação comunitária e monitoria social, assegurando transparência nos processos e apropriação local.

4.2. Resumo das necessidades das partes interessadas do projecto e métodos, ferramentas e técnicas para engajamento das partes interessadas

Diferentes métodos de envolvimento são propostos e cobrem diferentes necessidades das partes interessadas: Entrevista semiestruturada e individual, Grupos Focais com guiões adaptados ao grupo, Fórum, Consultas as Comunidades, visitas ao local e outros.

Tabela 4: Resumo das necessidades, métodos e ferramentas para o engajamento das Partes Interessadas (PI)

Partes Interessadas	Características-chave	Necessidades de específicas (línguas, outras)	Meios de notificação preferidos	Mensagens chave
Deputados e Governantes dos Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais envolvidos	Assembleia Nacional Comissão intersectorial Departamentos Ministeriais		Eventos de advocacia Missões de media ao terreno Peças veiculadas nos MCS Debates radiofónicos e televisivos Publicações	- Demonstrar na prática a importância do Projecto para a pilotagem da abordagem de CH no PINRCAFV como base para a implementação da subcomponente de capital humano do KWENDA - Destacar quem serão os beneficiários, quais os critérios de selecção - Critérios geográficos para eleição das províncias e municípios alvo.
Autoridades governativas locais	O Administrador Municipal e seu elenco, as autoridades tradicionais, supervisores dos ADECOS, líderes de opinião (professores, enfermeiros, empresários, parteiras tradicionais, líderes políticos, cívicos e religiosos), membros das comissões de moradores, etc. São eles que têm o papel de dirimir os conflitos nas comunidades e/ou mobilizá-la nos seus esforços de desenvolvimento nos vários domínios. Têm também o poder de veto, podendo efectivamente diminuir ou mitigar o impacto daquelas iniciativas das quais desconfiem ou não estejam de acordo.		Eventos de advocacia Debates radiofónicos e televisivos Publicações Comunicação institucional	<u>Uma abordagem comunicacional específica que:</u> - Os transforme em aliados do Projecto, seja em pronunciamentos públicos, bem como na sua acção de governação; - Consolidar as relações de colaboração, empatia, credibilidade e confiança; - Advogar para que as acções do Projecto e a integração socioeconómica das famílias beneficiárias sejam parte do Plano de Desenvolvimento Municipal.
Pessoas com necessidades específicas (idosos, pessoas com deficiência, doentes crónicos) e expostas a choques	Pessoas que se encontram numa condição de vulnerabilidade agravada pela sua condição de saúde, idade e/ou pela sua exposição a choques (climáticos, sociais e económicos).	Uso de línguas locais	Encontros de esclarecimento com as pessoas elegíveis e não elegíveis	- Explicar que o Projecto se enquadra na Estratégia de Protecção Social de famílias vulneráveis do GoA. - Promover um diálogo que esclareça dúvidas e melhore o entendimento sobre o Projecto, critérios de elegibilidade e condicionalidades.
As famílias e comunidades beneficiárias do Projecto são parte dos últimos escalões dos quintis mais vulneráveis.	- Pessoas que pela sua condição social têm pouco acesso aos recursos mínimos necessários para a sua sobrevivência. -Têm pouco ou contacto com os órgãos de comunicação mediados, no sentido tradicional do termo (rádio, televisão, jornais, media digital, etc.). A sua condição de vulnerabilidade remete-	Uso de línguas locais As actividades de campo deverão ser previamente concertadas	Rede comunitária -líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.) e ADE-COS	- Explicar que o Projecto se enquadra na Estratégia de Protecção Social de famílias vulneráveis do Governo de Angola. - Promover um diálogo comunitário que elimine os factores de vulnerabilidade e aumente, por via do potenciamento de conhecimentos, atitudes e práticas que

	<p>os ao uso, quase exclusivo, de meios de comunicação interpessoais.</p> <p>- A população dedica-se à actividade agrícola e/ou pecuária e comércio informal.</p> <p>- A taxa nacional de alfabetização (o inverso da taxa de analfabetismo); para a população com 15 ou mais anos foi estimada ~72,6 % em 2024 (ou seja, 27,4 % não alfabetizados em Angola) com base em estimativas gerais de literacia.¹</p>	<p>As reuniões agendadas com as comunidades, deverão ocorrer em horários que não afectem a sua rotina diária.</p>	<p>Encontros de discussão com as famílias beneficiárias e não beneficiárias</p> <p>Dramatização</p> <p>Visitas domiciliare</p> <p>Retro alimentação a nível comunitário (método de observação)</p>	<p>facilitem o acesso das famílias beneficiárias a recursos que as ajudem a sair da linha da pobreza e da desnutrição.</p>
<p>Mulheres gestantes e famílias com crianças dos 0 a 5 anos</p>	<p>- Pessoas que pela sua condição o social têm pouco acesso aos recursos mínimos necessários para manter uma dieta alimentar saudável.</p>	<p>Uso de línguas locais</p> <p>As actividades de campo deverão ser previamente concertadas</p> <p>As reuniões agendadas com as comunidades, deverão ocorrer em horários que não afectem a sua rotina diária.</p>	<p>Rede comunitária-Líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.) e ADECOS</p> <p>Encontros de discussão com as famílias beneficiárias e não beneficiárias</p> <p>Dramatização</p> <p>Visitas domiciliare</p> <p>Retro alimentação a nível comunitário (método de observação)</p>	<p>- Explicar que o Projecto se enquadra na Estratégia de PS de famílias vulneráveis do Governo de Angola.</p> <p>- Promover um diálogo comunitário que contribua para a adesão as consultas de rotina e hábitos de alimentação saudável pelas mulheres gestantes e crianças dos 0 a 5 anos.</p> <p>- O que é o CSU? Quais os benefícios? Quando será feito o cadastramento para o CSU</p>
<p>As famílias não elegíveis</p>	<p>Famílias que não beneficiam directamente do Projecto, susceptíveis de sentimentos de exclusão e discriminação que é necessário esbater, tendo em conta que muitas delas estão também em condições de vulnerabilidade, embora não tão acentuada como as beneficiárias directas. Há necessidade de uma acção de comunicação específica, que tem sido feita com apoio dos ADECOS, para que elas não só não se constituam num elemento perturbador das actividades do Projecto, como contribuam positivamente para o seu sucesso. Levantar as famílias não elegíveis a compreender que o projecto vem apoiá-las no cuidado das famílias mais vulneráveis e que o processo trás recursos</p>	<p>Uso de línguas locais - varia de uma aldeia para outra</p> <p>As actividades de campo serão previamente concertadas</p> <p>As reuniões agendadas com as comunidades deverão ocorrer, em horários que não afectem a sua rotina diária.</p>	<p>Rede comunitária -líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.) e ADECOS</p> <p>Encontros de discussão com as famílias beneficiárias e não beneficiárias</p> <p>Dramatização, Visitas domiciliare</p> <p>Retro alimentação a nível comunitário (método de observação)</p>	<p>- Sensibilizar para que contribuam positivamente para o seu sucesso Projecto e não se constituam num elemento perturbador;</p> <p>- Ressaltar os benefícios indirectos para a comunidade em geral com a eliminação dos níveis de maior pobreza, na medida em que as famílias mais vulneráveis acabam, de uma ou de outra forma, constituindo um “peso” para o resto da comunidade.</p> <p>- Destacar a importância de famílias com crianças desnutridas aderirem ao Projecto.</p>

¹ https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/NDc0MTE%3D?utm_source=chatgpt.com

	externos que ficam na comunidade e geram benefícios para todos das comunidades (inclusão produtiva, geração de renda e empoderamento das famílias).			
Minorias étnicas desfavorecidas (San, Vátua e outros)	Cultura e língua distintas, frequentemente marginalizadas pela Sociedade	Idiomas locais, variando de um grupo para outro Os San dominam as línguas nacionais faladas pelos povos vizinhos	Meios culturalmente apropriados de notificação - provavelmente através de um intérprete comunitário (autoridades tradicionais, ADECOS, líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.) e as ME (San, Vátua)	- Explicar que o Projecto se enquadra na Estratégia de PS de famílias e grupos vulneráveis do GoA. - Práticas culturais distintas implicam necessidades específicas a serem identificadas no Quadro de Política das Minorias Etnolinguísticas (QPME) do Projecto KWENDA, referência para o presente projecto.
Lideranças Comunitárias (Comissões de moradores, autoridades tracionais)	- Formas de organização com algum poder de influência nas comunidades. - As Comissões de moradores são, com mais frequência, encontradas nos municípios urbanos e periurbanos	Podem-se encontrar pessoas com fluência em língua portuguesa, sendo sempre necessário o uso de línguas locais	Encontros de discussão com as lideranças comunitárias	- Potenciar as lideranças comunitárias, para que se transformem em aliados do Projecto, nos seus pronunciamentos públicos e sua acção de dirimir os conflitos na comunidade. - Garantir que a comunicação consolide as relações de colaboração, empatia, credibilidade e confiança.
Sociedade e líderes de opinião de nível nacional e internacional	Consideram-se como parte deste grupo os órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros, incluindo os líderes de opinião que nela intervêm, os órgãos centrais de instituições relevantes, partidos políticos, agências bilaterais, multilaterais e corpo diplomático.	Fluência em língua portuguesa, sendo útil o recurso a algumas línguas estrangeiras (inglês, francês, espanhol)	Eventos de advocacia Missões de media ao terreno Peças veiculadas nos MCS Debates radiofónicos e televisivos Publicações	Demonstrar na prática a viabilidade e relevância da abordagem do Projecto, enquanto mais um instrumento eficaz de inclusão social e redução da desnutrição crónica por efeito multiplicador.
ONG's, OCB's, OBF's	Consideram-se parte deste grupo: ONGs, geralmente com representações nas capitais de províncias, mas com intervenções de base comunitária que não fazem a cobertura total da província ou até mesmo de um município. - Organizações de base comunitária, com algum poder de influência, junto das autoridades locais (Administração Municipal, autoridades tradicionais) e das comunidades; - Ambas estão vocacionadas para a acção social nas áreas em que estão implantadas, podendo ser	Os seus representantes e técnicos falam fluentemente a língua portuguesa e dominam as línguas nacionais locais Podem-se encontrar pessoas com fluência em língua portuguesa, sendo sempre necessário o uso de línguas locais	Eventos de advocacia Missões de media ao terreno Peças veiculadas nos MCS Debates radiofónicos e televisivos Publicações Rede comunitária, rádio, Comunicação Institucional (nos casos em que sejam prestadores de serviços no âmbito do desenvolvimento do capital humano)	

	potenciais parceiros para algumas iniciativas do Projecto.			
ADECOS	- Pessoas eleitas pelas comunidades que têm a responsabilidade de fazer a interface entre os AFs , as instituições locais e equipa do Projecto.	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local	Rede comunitária, rádio, telefone, convocatória	Enquanto um interlocutor chave no projecto é importante ter um profundo domínio sobre as abordagens do Projecto, padrões de conduta, para que se constituam em canais de comunicação.
Prestadores de serviços de pagamentos	Agências bancárias e de telefonia móvel - entidades legalizadas, com capacidade para prestar os serviços, autorizadas pelo Banco Nacional de Angola ou pela entidade pública de licenciamento de telefonia móvel, para o exercício das suas actividades em Angola. Agentes locais de pagamentos – entidades locais (correspondentes bancários, comerciantes/empresários locais) – com capacidade (humana, financeira, mobilidade, segurança), idoneidade para fazer entregas em numerário aos AFs.	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local	Comunicação institucional	<u>Uma abordagem comunicacional específica que os transforme em:</u> - Aliados dos objectivos do Projecto, seja nos seus pronunciamentos públicos, bem como na sua acção, adoptando os padrões de conduta vigentes no projecto; - Garantir que a comunicação consolide as relações de colaboração, empatia, credibilidade e confiança.
Agentes da Ordem Pública	Entidade que salvaguarda a segurança da equipa do projecto e dos agregados familiares durante o processo de pagamento.	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local	Abordagem comunicacional específica que os transforme em aliados do Projecto, seja nos seus pronunciamentos públicos, como na sua acção, adoptando os padrões de conduta vigentes no Programa.	- Garantir que a comunicação consolide as relações de colaboração, empatia, confiança e sentido de responsabilidade
Sociedade em geral	População residente nas províncias alvo do Projecto (Huambo, Cunene) independentemente da sua condição social	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local mais faladas	Uma abordagem comunicacional específica que os transforme em aliados dos objectivos do Projecto	- Qual é a finalidade do Projecto? - Quem serão as famílias elegíveis? - Quais os critérios de selecção e condicionalidades
ENFOTSS	Escola Nacional de Técnicos do serviço social, actualmente responsável pela formação e certificação dos ADECOS. A ideia é reforçar a capacidade técnica e metodológica da escola para melhor responder à demanda do serviço social.		Eventos de advocacia Missões de media	- Perceber o propósito do Projecto no sentido de melhor adaptar o plano curricular às necessidades do Projecto.

4.3 Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

Tabela 5: Estratégia para consulta das Partes Interessadas

Estágio do Projecto	Tópico para consulta	Método usado	Calendário (localização, data)	Partes Interessadas-alvo	Responsabilidades
Fase de Preparação	Informar a relevância e a pertinência do Projecto – PINRCAFV; Registar os pontos de vista e percepções das PIAs ou com interesse no Projecto, que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar o desempenho do Projecto Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto	Entrevistas/inquéritos face a face Grupos Focais Reuniões de consulta pública	Dezembro 2025-Janeiro 2026 Luanda Cunene (Ombadja) Huambo (Cachiungo)	Departamentos Ministeriais Governos Provinciais Administrações Municipais Agências das Nações Unidas Organizações da Sociedade Civil (OSC) Projectos financiados pelo BM e Comunidades expostas a choques	MAT, FAS-IDL
Fase de Implementação	Dessiminação de informação sobre os objectivos e componentes que integram o Projecto, processos e actividades complementares	Eventos públicos, rádio, televisão, redes sociais	Províncias, municípios alvo do Projecto (2026-2027) (Frequência semestral, sempre que iniciar uma nova actividade)	Público em geral, agências governamentais, comunidades e governos locais, prestadores de serviços de pagamentos, ONGs, autoridades tradicionais, comissões de moradores	FAS-IDL e suas representações provinciais
	Dessiminação da informação sobre a componente de capital humano, sobre o processo e actividades complementares	Eventos públicos, rádio, televisão, redes sociais	Províncias, municípios alvo da componente de capital humano 2025 a 2030	Público em geral, agências governamentais, comunidades e governos locais, prestadores de serviços de pagamentos, ONGs, autoridades tradicionais, comissões de moradores.	FAS-IDL e suas representações provinciais
	Dessiminação de informação sobre componente de Inclusão Produtiva Verde	Eventos públicos, rádio, televisão, redes sociais	Cobertura nacional 2025 a 2030	Público em geral, agências governamentais, comunidades e governos locais, prestadores de serviços de pagamentos, ONGs, autoridades tradicionais, comissões de moradores.	FAS-IDL e suas representações provinciais

As informações serão divulgadas da seguinte forma: O PEPI e outros documentos ambientais e sociais relevantes do projecto (como o Plano de Compromisso Ambiental e Social e o Plano de Gestão Ambiental e Social, entre outros), serão publicados no site do FAS-IDL ([FAS | Instituto de Desenvolvimento Local \(fasangola.com\)](http://FAS | Instituto de Desenvolvimento Local (fasangola.com))), assim com os documentos relevantes do projecto e o Mecanismo de Gestão de Reclamações (SPEREC). Ainda, serão elaboradas brochuras em português e traduzidas para as diferentes línguas nacionais e serão passados anúncios nas rádios locais e outros meios de comunicação social. Será usado o português como língua oficial e outras línguas nacionais reconhecidas em Angola, particularmente nas províncias do Cunene e Huíla.

4.4 Feedback às Partes Interessadas

O FAS-IDL assegurará a divulgação do PEPI e de outros documentos ambientais e sociais relevantes do Projecto, incluindo o Plano de Compromissos Ambientais e Sociais, o Plano de Gestão Ambiental e Social e o Sistema de Participação e Reclamações do Projecto (SPEREC), através do seu site institucional (www.fasangola.com). Serão ainda elaboradas brochuras em português e nas principais línguas nacionais e anúncios nas rádios locais e noutros meios de comunicação social. O português será utilizado como língua oficial, recorrendo-se igualmente a línguas nacionais reconhecidas, particularmente nas províncias do Cunene e do Huambo, de modo a assegurar a acessibilidade da informação.

O FAS-IDL informará as PIs sobre a forma como as suas contribuições e preocupações foram consideradas no Projecto e sobre as razões da não inclusão de determinadas sugestões, utilizando os canais de comunicação existentes. As PIs serão igualmente informadas sobre a possibilidade de recorrer ao SPEREC para apresentação de reclamações relacionadas com o desempenho, impactos e com o processo de consulta e envolvimento do Projecto.

As informações serão divulgadas da seguinte forma: O PEPI e outros documentos ambientais e sociais relevantes do projecto (como o Plano de Compromisso Ambiental e Social e o Plano de Gestão Ambiental e Social, entre outros), serão publicados no site do FAS-IDL ([FAS | Instituto de Desenvolvimento Local \(fasangola.com\)](http://FAS | Instituto de Desenvolvimento Local (fasangola.com))), assim com os documentos relevantes do projecto e o Mecanismo de Gestão de Reclamações (SPEREC). Ainda, serão elaboradas brochuras em português e traduzidas para as diferentes línguas nacionais e serão passados anúncios nas rádios locais e outros meios de comunicação social. Será usado o português como língua oficial e outras línguas nacionais reconhecidas em Angola, particularmente nas províncias do Cunene e Huambo.

Serão elaborados relatórios trimestrais de desempenho ambiental e social do Projecto, incluindo informação sobre a implementação do PEPI e sobre o funcionamento dos mecanismos de feedback e reclamações.

V RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS

5.1 Recursos

Um total estimado em **US\$ 169.000,00** será necessário para a implementação das actividades do PEPI, partindo do princípio de que parte das actividades serão co-financiadas no âmbito da implementação do KWENDA II.

Tabela nº 6: Orçamento Anual Estimado FAS-IDL

ACTIVIDADE-CHAVE POR COMPONENTE	Quantidade	ORÇAMENTO US\$	
		ANO 1	ANO 2
1.1 Anúncios Jornais, Radio, TV	20	2.000,00	2.000,00
1.2 Reuniões de consulta (eventos, impressão, blocos de apontamentos, refrescos, etc.)	20	10.000,00	5.000,00
1.3 Sistema de gestão de reclamações (formulários, formação, acompanhamento dos pontos focais), estratégia de divulgação do SPEREC e smartphones		5.000,00	3.000,00
1.4 Comunicação e sensibilização	Montante fixo	8.000,00	4.000,00
1.5 Formação equipas provinciais, entidades parceiras e comunidades (inclui materiais da formação, aluguer de sala, lanche e deslocação da equipa)	10	60.000,00	20.000,00
1.6 Partilha de conhecimentos em torno das boas práticas do projecto	4	15.000,00	5.000,00
1.8 Visitas de campo (perdiem, Transporte)	4	20.000,00	10.000,00
TOTAL		120.000,00	49.000,00

5.2. Funções e responsabilidades de gestão

No âmbito deste projecto o FAS-IDL implementará todas as actividades relacionadas com as Componentes 1, 2 e 3, incluindo a implementação do PEPI, devendo em princípio ser desenvolvida uma estratégia de comunicação específica para o Projecto. Para efeitos da implementação do **PINRCAFV** as equipas responsáveis pela coordenação e implementação das actividades do PEPI serão gestão ambiental & Social e Comunicação Institucional, ambas contratadas no âmbito do KWENDA II.

5.2.1 Funções e responsabilidades da equipa implementadora

O FAS-IDL nomeará uma equipa responsável pela implementação do Projecto para responder a questões fiduciárias (finanças, aquisições, gestão ambiental e social) e de implementação, em coordenação com a equipa responsável pela implementação da subcomponente de Desenvolvimento do Capital Humano do KWENDA II.

As actividades de envolvimento das PI serão documentadas por meio dos relatórios trimestrais sobre a implementação das NAS e actas específicas sobre as diferentes actividades.

VI SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO E RECLAMAÇÕES (SPEREC)

O SPEREC – Sistema de Participação e Reclamações, criado no âmbito do KWENDA, estabelece canais adequados de comunicação entre a coordenação do Projecto e as PIs, permitindo a apresentação de preocupações, reclamações, sugestões e elogios. O mecanismo visa prestar esclarecimentos aos utentes em todas as fases dos Projectos, assegurar o registo, encaminhamento, tratamento e resposta eficaz às reclamações, bem como promover a participação informada das PIs, contribuindo para a melhoria do desempenho dos Projectos e para o reforço da confiança institucional. O sistema está preparado para acolher reclamações do PINRCAFV e integra procedimentos específicos e confidenciais para o tratamento de reclamações sensíveis, nomeadamente casos de Violência Baseada no Género e Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual (VBG/EAS/AS), em conformidade com as Boas Práticas do ESF do BM. O mecanismo dispõe de protocolos próprios para estes casos, apoiados por um mapeamento actualizado de provedores de serviços legais, médicos e psicossociais, supervisionado pela equipa social e de género do KWENDA II. As reclamações podem ser apresentadas de forma anónima.

Os principais pontos de entrada do SPEREC incluem os ADECOS, os CASI e 19 linhas telefónicas, com registo das reclamações em plataforma digital, prevendo igualmente um processo de apelação caso o reclamante esteja insatisfeito com a solução proposta. Os reclamantes serão ainda informados de que, uma vez esgotadas as vias internas, têm o direito de recurso legal, sendo reafirmado que o BM e o GoA não toleram represálias ou retaliações contra as PIs.

Para além dos mecanismos ao nível do Projecto, as comunidades e indivíduos que se considerem negativamente afectados por projectos apoiados pelo Banco Mundial podem recorrer ao **Mecanismo de Responsabilização (MR/AM sigla em inglês) do BM**, um mecanismo independente que inclui o **Painel de Inspeção**, responsável por apurar eventuais danos decorrentes do não cumprimento das políticas do Banco, e o **Serviço de Resolução de Litígios**, que oferece um canal adicional para a resolução de queixas. As reclamações podem ser apresentadas ao MR após as preocupações terem sido previamente submetidas à Administração do Banco e após esta ter tido oportunidade de responder.

As comunidades e os indivíduos que se considerem negativamente afectados por um projecto apoiado pelo Banco Mundial podem fazer recurso aos mecanismos de reclamação existentes a nível do projecto ou ao Serviço de Reparação de Reclamações (GRS, *pelas suas siglas em inglês*) do Banco. O GRS assegura que as reclamações recebidas são prontamente analisadas, a fim de resolver as preocupações relacionadas com o projecto. As comunidades e indivíduos afectados pelo projecto podem também apresentar as suas reclamações ao Mecanismo de Responsabilização (AM, *pelas suas siglas em inglês*) independente do Banco. O MR alberga o Painel de Inspeção, que determina se ocorreram, ou poderão ocorrer, danos em resultado do não cumprimento pelo Banco das suas políticas e procedimentos, e o Serviço de Resolução de Litígios, que dá às comunidades e aos mutuários a oportunidade de tratar das reclamações através da resolução de litígios. As reclamações podem ser apresentadas ao MR em qualquer altura depois de as preocupações terem sido levadas directamente ao conhecimento da Administração do Banco e depois de a Administração ter tido a oportunidade de responder. Para obter informações sobre como apresentar queixas ao Serviço de Resolução de Reclamações do Banco (SRR), visite <http://www.worldbank.org/GRS>. Para informações sobre como apresentar reclamações ao Mecanismo de Responsabilização do Banco, visite <https://accountability.worldbank.org>.

6.1 Descrição do SPEREC – PINRCAFV

O SPEREC do PINRCAFV baseia-se no sistema já implementado no KWENDA II, tendo sido actualizado e ajustado às especificidades do presente Projecto, em conformidade com as NAS do BM, incluindo os requisitos aplicáveis a casos sensíveis, como VBG/EAS/AS.

Etapa	Descrição do processo	Período	Responsabilidades
Estrutura de implementação do SPEREC	O SPEREC do PINRCAFV tem uma estrutura de implementação a vários níveis (Nacional, provincial, municipal, bairro/aldeias); O registo e tratamento das reclamações é feito numa plataforma no Kobocollect (SPEREC).	Ao longo do ciclo de vida do Projecto	-Registo de dados (ADECOS, CASI, DMAS) e Operadores das linhas de atendimento (provincial e central); -Revisão de dados e referenciamento (representações provinciais do FAS) - Análise e tratamento de dados, monitoria do número de casos tratados e em tratamento, sistematização da informação (área de salvaguardas do FAS-IDL).
Recepção de queixas	As queixas podem ser enviadas através dos seguintes canais: ADECOS; CASI; Direcção Municipal da Acção Social (DMAS); Linhas telefónicas do FAS (ver o lista completo no Anexo 4) Casos de VBG: CASI; DMAS; Serviços de Investigação Criminal (SIC); Linhas de atendimento do MASFAMU.	Ao longo do ciclo de vida do Projecto Os casos de VBG devem ser reportados ao BM em até 24 horas	- Receptores das reclamações: Pontos focais locais [ADECOS, CASI ou as DMAS]; - Casos VBG: Representações provinciais do FAS-IDL; Área de salvaguardas; Banco Mundial.
Classificação e processamento	Qualquer reclamação recebida pelos ADECOS, CASI ou DMAS é registada no SPEREC- PINRCAFV com num instrutivo específico. As representações do FAS-IDL procedem à revisão de dados, encaminhamentos e/ou tratamento dos casos que tenham resolução a nível local; a área de gestão A&S do FAS-IDL procede ao encaminhamentos dos casos que não tenham solução local para as área correspondentes (pagamentos, cadastramento)	Até 5 dias após a recepção da queixas (solução local) Até 15 dias após a recepção (solução central)	-Pontos focais locais de reclamação; - Representações províncias do FAS-IDL; - Área de salvaguardas do FAS-IDL.
Acompanhamento	As reclamações que não tenham um tratamento imediato são acompanhadas pelas representações provinciais do FAS-IDL e o queixoso é informado regularmente sobre o estado de avanço.	Dois dias após a recepção	Pontos focais locais de reclamação
Verificação, investigação, acção	A investigação da queixa é conduzida pela representação provincial do FAS-IDL e supervisionada pela área de salvaguardas; uma proposta de resolução é formulada pelo FAS-IDL (provincial) e comunicada ao queixoso.	Até 10 dias após a data de recepção	Comissão de reclamações composta pelo responsável do Departamento Provincial do FAS-IDL e um representante do CASI ou DMAS
Monitoria e avaliação	Os dados sobre as reclamações são recolhidos semanalmente, inseridos no SPEREC- PINRCAFV e reportados ao BM num relatório trimestral.	De três em três meses	Área de salvaguardas do FAS-IDL
Fornecimento e feedback	De modo regular serão realizadas consultas aos utentes do SPEREC- PINRCAFV para Recolher as suas opiniões em relação à sua satisfação com a resolução das	De três em três meses	Área de salvaguardas do FAS-IDL

Etapa	Descrição do processo	Período	Responsabilidades
	reclamações/queixas). Estas podem ser realizadas por via de grupos focais ou via telephone.		
Capacitação	As necessidades de formação do pessoal/consultores da UIP, dos contratantes e dos consultores de supervisão são as seguintes: -Quadro social e Ambiental do BM - Procedimentos de registo das queixas e reclamações no SPEREC; -Procedimentos de tratamento dos casos (normais e de VBG); - Procedimentos de análise e tratamento de dados	Duas vezes por ano	Pontos focais Chefes de Departamento Provinciais, técnicos e estagiários do FAS-IDL Equipa de salcaguardas do FAS-IDL (central)

6.2 Mecanismo Participação e Reclamações dos Trabalhadores (MPRT)

Em conformidade com o Quadro Ambiental e Social (QAS) do BM, está a ser implementado um Mecanismo de Participação e Reclamações do Trabalhadores (MPRT) para os trabalhadores directos e contratados pelo FAS-IDL apresentarem as suas reclamações relacionadas com os termos e condições de trabalho, que é gerido pelo departamento de Recursos Humanos, garantindo a confidencialidade das reclamações. As informações relevantes sobre este mecanismo devem ser disponibilizadas ao longo da duração do **PINRCAFV** de maneira clara, compreensível e acessível aos trabalhadores. Todas as reclamações relacionadas com EAS/AS serão tratadas e resolvidas através de um mecanismo e um procedimento independente a fim de garantir o respeito dos princípios orientadores, confidencialidade e segurança das partes envolvidas.

Em caso de insatisfação, os funcionários do IDL-FAS e os consultores associados ao Projecto terão acesso aos mecanismos nacionais de gestão de reclamações do Governo de Angola, isto é órgão de superintendência do IDL-FAS, Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPTESS) ou ao Tribunal do Trabalho.

VII MONITORIAMENTO E RELATÓRIOS

7.1. Resumo de como a implementação do PEPI será monitorada e relatada

A implementação do PEPI será monitorada a partir de relatórios trimestrais, elaborados pela equipa ambiental e social do KWENDA II que farão a monitoria e reporte do nível de cumprimento das NAS e dos respectivos instrumentos, em particular do PEPI do **PINRCAFV**, devendo fornecer informações sobre as actividades realizadas no âmbito da implementação das subcomponentes sob sua responsabilidade que tenham a ver com o PEPI.

Tabela nº 7: Indicadores de monitorização das actividades

Actividades PEPI	Indicadores de monitorização
Divulgação de informação	Tempo dispendido (em dias) pela equipa para divulgação de informação; Orçamento dispendido em actividades de divulgação de informação; Nº de utentes que aderiram ao site do Projecto IDL-FAS; Nº e/ou percentagem de acesso por tipologia de documentos disponíveis para consulta.
Realização de Consultas	Tempo dispendido (em dias) pela equipa para consultas; Orçamento dispendido em actividades de consulta; Nº de consultas realizadas; Nº e percentagem de consultas realizadas por método (reuniões presenciais, reuniões virtuais, grupos focais, entrevistas, workshops, audiências públicas, outros, conforme aplicável); Níveis de participação nos eventos de consulta realizados (nº total, desagregado por género e grupos vulneráveis).

Integração da visão das PI no Projecto	Taxa de incorporação das recomendações/sugestões das PI no desenho do Projecto; Nº de alterações realizadas no manual de operações do Projecto para integrar contributos recebidas das PI.
Reporte às PI sobre as actividades de envolvimento	Nº de eventos que pressupõem a participação das PI.
SPEREC- PINRCAFV	Nº total de reclamações recebidas; Nº e percentagem de reclamações elegíveis e não elegíveis; Nº e percentagem de reclamações por categoria (meio ambiente, social, VBG, desempenho do projecto). Nº e reclamações por estado de atendimento (por exemplo, reconhecimento pendente, sob investigação, encerrada, em curso); Nº de reclamações resolvidas e encerradas dentro do prazo previsto; Tempo médio (em dias) de resolução/encerramento das reclamações e queixas; Grau de satisfação (%) dos utentes que registaram reclamações e queixas.

ANEXOS

ANEXO 1: STAKEHOLDERS IDENTIFICADOS

Partes Interessadas Institucionais	Grau de influência nos resultados do Projecto	Grau de Impacto que o projecto vai ter sobre eles	Posição face ao Projecto	Como o Projecto vai poder engajar as Partes Interessadas
	Alto; médio; baixo	Alto; médio; baixo	Apoio; Neutro; Oposição	Temas fundamentais (TF); métodos (M)
Ministério do Planeamento (MINPLAN)	Alto	Alto	Apoio	TF: Plano de Desenvolvimento Nacional M: Relatórios e reuniões
Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)	Alto	Alto	Apoio	TF: Boas práticas de protecção social M: Encontros técnicos.
Ministério da Administração do Território (MAT)	Alto	Alto	Apoio	TF: Orientação e Supervisão M: Relatórios, reuniões e visitas de constatação das boas práticas
Instituto de Desenvolvimento Local (FAS)	Alto	Alto	Execução	TF: Implementação do Projecto M: Coordenação operacional, treinamento das equipas e gestão
Ministério do Interior/ Comissão Nacional de Protecção Civil e Bombeiros	Médio	Médio	Apoio	TF: Resposta a choques M: Treinamento das equipas na prevenção de desastres
Instituto Nacional de Estatística (INE)	Médio	Médio	Apoio	TF: Estatísticas Nacionais M: Workshops
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	Alto	Alto	Apoio	TF: Acesso a documentos de identificação M: Campanhas de atribuição de documentos de identificação
Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPTESS)	Alto	Médio	Apoio	TF: Formação técnico-profissional e protecção social M: Encontros, relatórios
Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social	Alto	Alto	Apoio	TF: Estratégias de comunicação em áreas remotas M: Partilha de dados
Ministério da Saúde	Alto	Alto	Apoio	TF: Cobertura dos serviços saúde e humanização do atendimento M: Educação para a saúde e consultas de saúde na comunidade
Ministério da Educação	Alto	Alto	Apoio	TF: Cobertura dos serviços de educação e alfabetização M: Treinamento de alfabetizadores e provisão de material didáctico
Ministério do Ambiente	Alto	Alto	Apoio	TF: Protecção ambiental e valorização do património natural M: Workshops e assistência técnica
Ministério da Agricultura e Florestas	Alto	Alto	Apoio	TF: Produção local e geração de renda M: Workshops e Assistência técnica
Banco Nacional de Angola (BNA)	Alto	Alto	Apoio	TF: Cobertura dos serviços M: Encontros de coordenação
Banco Mundial	Alto	Alto	Apoio	TF: Captação de fundos M: Monitoria e assistência técnica
Partidos Políticos com Assento no Parlamento	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	TF: Protecção social de populações vulneráveis M: Visitas de constatação

Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS)	Médio	Alto	Apoio	TF: Formação e capacitação de ADECOS e Supervisores de ADECOS M: Formação e assistência técnica
Governos Provinciais do Cunene e do Huambo	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação provincial de serviços afins ao projecto M: Relatórios e encontros periódicos de coordenação
Administrações Municipais de Ombadja e Cachiungo, incluindo respectivas Administrações Comuns	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação municipal de serviços afins ao projecto M: Comitês locais de acompanhamento e garantia da boa execução
Departamentos Executivos Provinciais do FAS-IDL	Alto	Alto	Apoio	TF: Implementação do projecto M: Monitoria e assistência técnica
Bancos comerciais, Agências de Pagamento, correspondentes bancários, comerciantes locais	Alto	Alto	Apoio	TF: Suporte logístico ao projecto M: Relatórios e encontros de coordenação
Agências das Nações Unidas (FNUAP, OIT, PAM, PNUD, UNICEF)	Alto	Médio	Apoio	TF: Cooperação e parceria M: troca de experiências
Organizações Não-governamentais (ONG's) e Organizações Comunitárias de Base (OCB's)	Alto	Alto	Apoio	TF: Apoio na implementação do projecto M: Monitoria e assistência técnica
Meios de comunicação (MCS), fazedores de opinião e influenciadores locais	Alto	Médio	Apoio/Oposição	TF: Comunicação estratégica em torno do projecto M: Media briefings, Workshops e documentários
Instituições Académicas	Alto	Médio	Apoio	TF: Busca por boas práticas de protecção social e desenvolvimento local M: Pesquisa científica
ADECOS	Alto	Alto	Apoio	TF: Acompanhamento, mobilização e referenciamento aos serviços M: Diálogo comunitário
Autoridades Tradicionais (sobas) e Comissões de moradores	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Elegibilidade e mobilização M: Diálogo comunitário
Beneficiários, incluindo grupos minoritários locais	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Elegibilidade, condicionalidades e serviços prestados pelo projecto M: Diálogo comunitário

ANEXO 2: SÍNTESE DOS ENCONTROS COM AS PIAS NO PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO PROJECTO (DEZEMBRO 2025-JANEIRO 2026)

PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES	
<p>OBJECTIVOS: Dar a conhecer os objectivos, o escopo e a metodologia de intervenção, para além de auxiliar na recolha de contributos e validar percepções locais, tendo em vista os seguintes objectivos específicos: (i) Socializar metas e abordagens; (ii) Receber contribuições técnicas e operacionais, particularmente em relação aos critérios de elegibilidade e condicionalidades de acesso; (iii) Identificar riscos sociais, ambientais e barreiras de acesso; (iv) Conhecer práticas culturais e estratégias de resiliência das famílias em períodos de crise e; (v) Aprimorar mecanismos de coordenação institucional.</p>	<p>TEMAS DE CONSULTA Conhecimentos sobre alimentação, nutrição e desnutrição; Critérios de elegibilidade e condicionalidades; Práticas culturais e resiliência comunitária; Coordenação Local.</p>
<p>Actividade 1: Encontro com os Departamentos Ministeriais Data: 08/01/2026 Local de realização: Luanda/ Formato virtual PARTICIPANTES: 6 (4 homens, 2 mulheres)</p>	<p>(DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO) - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS (MINAGRI)/IDA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MED), MINISTÉRIO DA SAÚDE/DIRECÇÃO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA</p>
<p>Critérios de Selecção: Necessidade de revisão e melhoria dos critérios de selecção, considerando a possibilidade de existir um número de elegíveis superior ao inicialmente previsto entre os beneficiários do KWENDA. Defendem a priorização dos AFs em situação de maior vulnerabilidade social, em particular mulheres com deficiência e famílias com crianças com doenças crónicas, bem como a utilização da posse de terra (menos de 2 hectares) como critério principal na componente de Inclusão Económica; Condicionalidades: Adequadas, mas recomenda-se simplificação na componente de Saúde, Nutrição e Saneamento, através da fusão das primeiras condicionalidades num único requisito associado ao Caderno de Saúde Materno-Infantil. Para a componente de Inclusão Produtiva, foi sugerida a participação obrigatória nas Escolas de Campo para todos os beneficiários de iniciativas agrícolas; Práticas culturais e experiências comunitárias: As comunidades agro-pastoris do Sul de Angola, o gado é pouco utilizado para alimentação, sendo recomendado o reforço de acções de sensibilização para promover essa mudança. Defenderam ainda a diversificação das culturas agrícolas e das fontes de rendimento para melhorar e diversificar a alimentação dos agregados familiares; Como as iniciativas de vossas instituições podem ajudar a incrementar os resultados deste Projecto: (i) IDA²: Estabelecer um Protocolo de colaboração entre o IDA e o FAS, considerando que os técnicos das EDAs estão baseados nos municípios e estes não têm qualquer limitação de aplicar seus conhecimentos em favor do Projecto, desde acedam a pequenos incentivos; (ii) DNSP³: as unidades sanitárias locais estão preparadas para atender os beneficiários, com apoio dos ADECOS, incluindo a implementação de um pacote comunitário para desnutrição severa e o recurso a equipas móveis onde não existam serviços de saúde. Reforçou-se que o parto seguro deve ocorrer em unidades sanitárias, cabendo às parteiras tradicionais um papel de mobilização, apoio e encaminhamento das gestantes, havendo já uma experiência em curso no Huambo; (iii) MED: Considerou o Projecto relevante para o sector da educação, por promover a adesão das famílias ao projecto TUPPI⁴.</p>	
<p>Actividade 2: Encontro com Projectos Financiados pelo BM Data: 09/01/2026 Local de realização: Luanda/ Formato Virtual PARTICIPANTES: 1 (1 mulher)</p>	<p>(DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO) PROJECTO DE EMPODERAMENTO DAS RAPARIGAS E APRENDIZAGEM PARA TODOS (PAT II)</p>

² Instituto de Desenvolvimento Agrário. É também a instituição pública que tutela as EDA's (Estações de Desenvolvimento Agrário).

³ Direcção Nacional de Saúde Pública.

⁴ Todos Unidos para a Primeira Infância. Um projecto comunitário que atende as necessidades educativas na primeira infância de crianças sem assistência institucionalizada.

<p>Questionamentos: Condicionais: Será que essas exigências serão feitas a todos os 3.000 beneficiários do projecto? Qual será o foco do estudo de Linha de Base?</p> <p>Recomendações: Critérios de Selecção: Seja explicitada a primazia por famílias monoparentais e chefiadas por mulheres; Por outro lado, que esses critérios indiquem a relevância da transversalidade de género na selecção dos beneficiários das duas componentes do Projecto, incluindo a participação de ME em pelo menos 2% do total de beneficiários, uma vez que um dos municípios seleccionados (Ombadja) tem essas MEs representadas; Caso haja um chefe de família com mais de uma esposa, que a selecção de cada um dos agregados a ele ligados dependa da condição socio-económica própria, independentemente de quem seja o marido; Condicionais: Apesar do PAT II usar uma abordagem diferente (pressupostos), foram consideradas como um instrumento adequado para melhorar os níveis de participação e apropriação comunitária. Foi sugerida a melhoria da redacção, mormente a que se refere à medição da quantidade e diversidade alimentar do AF e a necessidade de explicitar a ligação de cada uma das condicionalidades com o dia-a-dia das famílias, incluindo o modo de medição. Em relação à melhoria da higiene da casa foi sugerido que o sucesso dessa condicionalidade seja medido pela inobservância de bitacais entre os membros do AF; Quanto à componente 2 foi sugerida a clarificação da origem das mudas das fruteiras a usar no processo de arborização; Como as iniciativas das instituições por vós representadas podem ajudar a incrementar os resultados deste Projecto: O PAT II dispõe de informação privilegiada sobre a situação das famílias por via da realização de Grupos Focais. Caso haja coincidência geográfica em termos de áreas de intervenção, não haverá qualquer limitação em participar da construção do estudo da Linha de Base; o PAT II tem um grande universo de beneficiários, haverá certamente um cruzamento com os beneficiários do KWENDA, sobretudo por via de actividades como desparasitação e vacinação HPV⁵ nas escolas sendo possível partilhar lições e resultados nesse domínio.</p>	
<p>Actividade 3: Encontro com ONGs e Agências das Nações Unidas Data: 08/01/2026 Província: Luanda/ Formato Virtual; Participantes por Género: Homens (3), Mulheres (1)</p>	<p>PARTICIPANTES: 4 Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), Fundação CODESPA, Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)</p>
<p>Principais questionamentos: Prestação adicional a ser dada às famílias: manifesta preocupação com o facto da prestação adicional ser de 6.000 Kzs (seis mil kuanzas) por família e não por criança; Como é que o Projecto irá monitorar que os beneficiários estão a usar o dinheiro para o fim definido?; Articulação entre as componentes 1 e 2: tendo em conta que o número de beneficiários por componente é diferente, será que as mesmas serão implementadas em paralelo ou em complementaridade? Considerando a abordagem sobre os meios de vida no âmbito da IP, foi questionado se o Projecto terá uma intervenção na pecuária, sendo que esta constitui o principal meio de vida das famílias na província do Cunene; Condicionais: O UNICEF manifestou preocupação com a tónica no acesso aos serviços de saúde, tendo em conta as limitações de acesso a esses serviços a nível local; é importante garantir que os serviços estão disponíveis, que o seu funcionamento seja regular e que estas sejam um factor que favorece a participação das famílias e não um factor que limite; recentemente saiu uma publicação que refere que o índice de defecação ao ar livre na província do Cunene é bastante elevado. Porque é que essa condicionalidade não tem um carácter obrigatório? Defendem uma abordagem universal, associada à sensibilização sobre novos hábitos e práticas; A CODESPA considera ser um mecanismo para estimular os beneficiários a irem ao encontro desses serviços. a ADRA-Angola reforça a necessidade de se investir mais na comunicação horizontal (diálogo comunitário) com as famílias para garantir um melhor entendimento das condicionalidades. A ADRA destacou por outro lado, a experiência do trabalho do FRESAN, no qual era dado um kit nutricional por família e não por elemento-alvo a atingir, sendo que mais tarde, foi constatado que havia mais pessoas na família na condição de desnutridas.</p> <p>Recomendações: Prestação adicional a ser dada às famílias: Defendem que o benefício deve ser por elemento-alvo a atingir. Segundo o UNICEF, a experiência do Valor Criança, implementado com o MAFAMU, mostrou que, quando se atribui um valor em função do número de crianças por família o impacto é maior e que o processo de monitoria começa pelo entendimento do “porquê” os AFs recebem esse valor; Condicionais: a condicionalidade tenha um carácter pós-sensibilização; Critérios de elegibilidade: Dar prioridade a AFs chefiados por mulheres. Agregados familiares com crianças doentes; Inclusão Produtiva: conhecimento da aptidão de cada localidade, tradicionalmente agrícola ou pecuária, isto é partir do meio de vida local; Práticas culturais e experiências comunitárias: ao nível da componente 1, a prática comunitária que agrega valor é a demonstração da culinária local baseada em produtos disponíveis, além de serem criados catálogos de receitas alimentares; valorizar as parteiras tradicionais, especialmente as que têm maior experiência em resultado do seu envolvimento em projectos anteriores; Valorização dos frutos silvestres do ponto de vista da nutrição para além da geração de renda, como é o caso do “Iohengo” no Huambo ou do maboque no Cunene. Todos os participantes se disponibilizaram para partilhar informações e materiais de que dispõem; Como as vossas iniciativas podem ajudar a incrementar os resultados deste Projecto: (i) UNICEF: projecto financiado pelo BFA na província do Cunene com uma componente de nutrição, particularmente no Ombadja; No Huambo, têm o Projecto de Saneamento Básico Liderado pela Comunidade. Irá partilhar com o FAS informações relevantes, uma vez que possui um bom nível de conhecimento sobre a temática a nível dos municípios. Quanto à amamentação exclusiva, ficou também a promessa de serem abordados os colegas da área de nutrição na óptica de ser remetida ao FAS a informação relevante que existir sobre o assunto, particularmente nas áreas de intervenção do Projecto; (iii) CODESPA: Tem alguma experiência de trabalho no município de Ombadja com dois projectos em vigor; estão a trabalhar com o FAS na componente de IP do KWENDA e trabalharam também com o FRESAN no Cunene. Dispõem de dados e informações que podem ajudar na implementação deste Projecto. Estão a trabalhar num projecto</p>	

⁵ Papilomavírus Humano

<p>de Fruticultura para a nutrição. Há uma experiência muito boa que tem a ver com a constituição dos Comitês Técnicos Locais de Acompanhamento e de Garantia de Boa Execução, os quais se devem incluir para além das Administrações Municipais, membros das equipas do Projecto e das OSCs; (iv) ADRA-Angola: Tem intervenções nas duas províncias. No Cunene, na comuna de Ombala Yo Mungo com enfoque na nutrição e água. Recomendam que no quadro da implementação e acompanhamento do Projecto, se aproveite os Comitês Técnicos criados no âmbito de intervenções anteriores.</p>	
<p>Actividade 4: Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade Data: 22/12/2025 Província/Município: Cunene/Ombadja; Local: Sala de reuniões da Administração Municipal PARTICIPANTES: 81 (28 mulheres)</p>	<p>PARTICIPANTES Administrador Municipal Adjunto, Chefes de Secção e Técnicos, técnicos de Saúde, Polícia, autoridades tradicionais, membros das comissões de moradores e ADECOS</p>
<p>Conhecimentos sobre alimentação, nutrição e desnutrição: Alimentação básica na região produzida localmente (pirão de milho, masssango, massambala, carne e frutos silvestres), em função da época; meses de maior escassez de alimentos (Setembro a Fevereiro) ; frequência de refeições: a maior parte das famílias fazem duas refeições por dia; quando a comida é pouca, a prioridade é para as crianças; Em períodos de seca ou de inundação, a maior parte da comunidade procura alimentos em outras paragens, pois até a possibilidade de fazer biscoitos em lavras de vizinhos também escasseia; Há muitos casos de desnutrição na comunidade. Geralmente são as mães que acompanham essas crianças ao hospital; A principal forma de evitar a desnutrição é sensibilizar as famílias no sentido de terem boas práticas alimentares; Crítérios de elegibilidade e condicionalidades: atender os AFs mais vulneráveis economicamente; as condicionalidades são importantes pois ajudam a ter mais cuidado na geração de renda e evitam que ocorram desperdícios; Pode haver AFs com dificuldades em cumprir uma ou outra condicionalidade. Mas no geral, elas são boas necessárias para os responsabilizar. Aos faltosos deverá ser dada uma segunda oportunidade quando se justificar; Práticas culturais e resiliência comunitária: Em tempo de seca ou inundações, as famílias enfrentam períodos de escassez de alimentos, a vulnerabilidade aumenta a tal ponto que muitos vendem as suas terras para conseguir se manter; Em períodos de seca a mulher cuida do dia-a-dia do <i>ehumbo</i>, enquanto ao homem cabe a grande responsabilidade de manter o rebanho animal. Por isso sai (em transumância) com o gado, em Setembro ou em Outubro), a procura de pasto é água, regressando somente em finais de Janeiro quando ficam reestabelecidas as condições de manejo no habitual local de residência; É da responsabilidade do homem, tomar decisões sobre o que fazer no AF face à fome proveniente da seca ou inundação; Coordenação Local: Sugerem que faça parte da coordenação do Projecto todos os líderes locais dos bairros envolvidos na iniciativa; o acompanhamento deve ser de forma participativa com os representantes de cada bairro; a comunidade aceita que os ADECOS façam visitas domiciliárias aos beneficiários. Entretanto, a sua participação deve decorrer de uma eleição participativa na respectiva área de residência; Há muito interesse das comunidades em participar, tendo como horário preferencial é o período pós actividade agrícola; Os técnicos do Projecto devem trabalhar com os Coordenadores dos Bairros e Autoridades Tradicionais, principalmente na fase de selecção dos beneficiários.</p>	
<p>Actividade 5: Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade Data: 09/01/2026 Província/Município: Huambo/Cachiungo; Local: Sala de reuniões da Administração Municipal PARTICIPANTES: 25 (5 mulheres)</p>	<p>PARTICIPANTES Administrador Municipal, Administradores Comuns, Directores Municipais (Saúde, GEPE, Educação, Agricultura e Pecuária), Chefes de Secção, Igrejas (IECA, IMU, Igreja Mensagem do Ultramar na Terra), Regedores, Polícia, , ADECOS</p>
<p>Conhecimentos sobre alimentação, nutrição e desnutrição: Alimentação básica na região (pirão de milho e feijão). A batata-doce e mandioca são complementos. As carnes de aves, animais de pequeno porte criados em ambiente doméstico também entram na dieta; O milho e o feijão escasseiam entre Outubro e Março. Geralmente o período de fome é de Dezembro a Fevereiro; Nesse período de fome a batata-doce e a mandioca são muito importantes para a sobrevivência das famílias; Frequência das refeições: geralmente as famílias têm 3 refeições por dia mas quando há escassez de alimentos esse nº pode ficar reduzido para uma única refeição por dia; As crianças comem 3 a 4 vezes por dia; quando a comida é pouca, o pouco que há é encaminhado para o homem, no sentido de este ter capacidade de buscar outros proventos para o agregado familiar; quando há fome, há que encontrar alternativas como trabalhar em lavras de vizinhos em troca de alguma comida ou fazer algum negócio; existem casos de desnutrição na comunidade (crianças e idosos essencialmente); quando isso acontece recorrem ao hospital e são as mulheres que acompanham as crianças ao hospital; a principal forma de evitar a desnutrição é ter uma boa preparação das mulheres para que estas garantam uma adequada alimentação da família. É também importante, que não falte comida em casa. Crítérios de elegibilidade e condicionalidades: toda comunidade precisa de apoio social e económico, mas o melhor é atender os mais vulneráveis; ter um projecto com condicionalidades é bom porque ajudam a despertar a mente dos beneficiários e ajudam na apropriação; parte das condicionalidades poderão ser cumpridas com dificuldades, sobretudo aquelas que têm a ver com os serviços públicos porque alguns desses serviços estão muito distantes da comunidade; os incumpridores devem ser responsabilizados e reeducados. Práticas culturais e resiliência comunitária: frequência das refeições-quando as famílias enfrentam períodos de seca ou de fome, começam por diminuir o nº de refeições/dia; quando se agudiza são vendidos parte dos bens que se tem, começando pelas galinhas, podendo ser atingidos também bens de grande valor; Em termos de papéis, em períodos de seca e fome, as mulheres cuidam do dia-a-dia da família, enquanto os homens fazem as grandes deslocações em busca de negócios e comida; as mulheres também buscam por trabalho e comida, o mais próximo do habitual local de residência; a</p>	

<p>época das chuvas é de Setembro a Abril ou até início Maio, mas nalguns anos apenas chove a partir de Outubro, o que atrasa actividade agrícola. Além disso, a ocorrência cíclica de um período seco (Janeiro e Fevereiro), que dura entre 2 a 3 semanas, representa um risco evidente na colheita do principal cereal produzido localmente (milho); as decisões sobre o que fazer em caso de seca e fome extrema no AF são tomadas pelo homem com a participação da mulher; Coordenação Local: a comunidade deve participar da coordenação do projecto fazendo-a conhecer todas as actividades e objectivos pretendidos; o acompanhamento deve ser feito de forma conjunta (técnicos, ADECOS, Administração Municipal e Comissões de Moradores ou Coordenadores de Bairros); a comunidade aceita que os ADECOS façam visitas domiciliárias aos beneficiários, devendo manter uma atitude ética; a comunidade está disposta a participar de todas actividades sem restrição. O horário pode incluir qualquer hora do dia, desde que haja prévia comunicação, com excepção dos sábados e domingos por razões religiosas; A equipa de projecto deve incluir a Administração Municipal nos diversos escalões no quadro do acompanhamento da implementação, para que não deixem de ser atendidos os mais necessitados.</p>	
<p>Actividade 6: Grupo Focal Homens Data: 23/12/2025 Província/Município: Cunene/Ombadja Local: Pátio da Administração Municipal</p>	<p>PARTICIPANTES Homens: 15</p>
<p>Conhecimentos sobre alimentação, nutrição e desnutrição: Alimentação básica na região (massango, massambala, milho) como complemento a mafuma também frutas da época como mbidi, nombé e nonhandi; Meses de mais fome (Janeiro a Março) mesmo em anos de inundações tem havido escassez de alimentos; as famílias têm em média 2 a 3 refeições/dia, quando há escassez de alimentos fazem uma única refeição/dia; no momento das refeições ao nível do AF quem come primeiro são as crianças, principalmente quando há fome; quando há fome são vendidos os poucos bens que a famílias têm, além das constantes deslocações à vizinha República da Namíbia à procura de emprego temporário e biscoitos em lavras e quintais dos vizinhos; Há casos de desnutrição por conta da fraca alimentação e abuso de bebida alcoólica por alguns adultos; Quando é necessário ir à Unidade Sanitária quem vai acompanhar na maioria das vezes é a mãe ou a avó. A principal prática cultural para evitar a desnutrição é dar fígado de cão, pirão de farelo de massango ou milho e quissangua;</p> <p>Crítérios de elegibilidade e condicionalidades: os homens devem ser priorizados porque têm sob sua responsabilidade as respectivas famílias; Faz sentido ter condicionalidades; continuar a receber de graça não ajuda muito a combater a pobreza; é bom ter condicionalidades para responsabilizar e motivar o trabalho aos preguiçosos na comunidade; Nada impede de cumprir as condicionalidades naquilo que estiver ao alcance das famílias participantes; Práticas culturais e resiliência comunitária: em períodos de crise, os homens precisam encontrar alternativas de sustento de suas famílias: no geral, levar o gado para vender na Namíbia tem sido a alternativa; além das tarefas inerentes à transumância, ao homem e aos jovens (sexo masculino) cabe trazer água para o núcleo residencial por via de zorras ou carroças, sempre que o percurso é superior a 20 km; em alguns casos, os homens também fazem deslocações para outras regiões em busca de alimentos (República da Namíbia); as decisões sobre o que fazer em caso de seca e fome extrema no agregado familiar, quando é necessário vender algum gado, são tomadas pelo homem; Coordenação Local: conforme o seu local de residência, a comunidade deve estar organizada em grupos e os homens em particular devem participar da coordenação; Em cada grupo organizado, deve ser eleita uma representação que possa ajudar no acompanhamento das actividades do Projecto; a comunidade aceita que os ADECOS façam visitas domiciliárias aos beneficiários, devendo primar pela ética; a comunidade está disposta a participar de todas actividades sem restrição; o período da tarde é o melhor horário para envolver os homens nas distintas actividades; a equipa do Projecto deve identificar as necessidades dos beneficiários mediante o seu envolvimento.</p>	
<p>Actividade 7: Grupo Focal Mulheres Data: 23/12/2025 Província/Município: Cunene/Ombadja Local: Pátio da Administração Municipal</p>	<p>PARTICIPANTES Mulheres: 45</p>
<p>Conhecimentos sobre alimentação, nutrição e desnutrição: alimentação básica na região (pirão de milho, massango e massambala), come-se também amendoim e verduras da época, hortícolas e arroz; o milho, massango e massambala se cultiva localmente, o resto é comprado; O período de Janeiro a Março é o mais crítico, algumas vezes com muita chuva e inundações e/ou seca severa; frequência das refeições (2 refeições por dia; quando há escassez de alimentos pode reduzir a uma única refeição/dia; quando há fome os poucos alimentos devem ser direccionados para as crianças. Antigamente, a prioridade tinha de ser para o homem; quando há fome procura-se por comida de todas as formas (trabalham nas lavras dos vizinhos, as mulheres são obrigadas a vender frutos selvagens e mafuma, lavar roupa de terceiros no caso da sede de Ombadja, fazer outros biscoitos); Existem casos de desnutrição de crianças e alguns adultos, principalmente os que abusam de bebida alcoólica; No geral faz-se tratamento doméstico da desnutrição, mas em casos severos, recorrem ao hospital sendo geralmente as mães que cuidam da procura pelo hospital.</p> <p>Crítérios de elegibilidade e condicionalidades: as mulheres devem ser apoiadas com prioridade, principalmente as que são chefes de família; devem ser atendidos os idosos e os albinos; Não faz sentido receber apoios de graça para combater à pobreza quando as pessoas podem contribuir através das condicionalidades que nada impede de as cumprirem e quem não cumprir deve ser excluídos; Práticas culturais e resiliência comunitária: a primeira forma das mulheres buscarem comida para casa é fazer trabalho doméstico para terceiros (prover água, capinas para núcleos residenciais de vizinho; as mulheres fazem pequenos negócios, sobretudo por via de deslocações à República da Namíbia, cuidarem diariamente do <i>ehumbo</i>, dos animais de pequeno porte (porcos, cabritos e galinhas) e, por vezes, cuidam de vitelos recém-nascidos; por essa razão não suportam as grandes caminhadas que a transumância impõe; às mulheres cabe ainda prover o núcleo residencial em água, sendo esta uma tarefa que as obriga percorrer perto de 10 km/dia e são responsáveis pela transformação da massambala em bebida alcoólica, incluindo a respectiva venda; as decisões sobre o que fazer em caso de seca e fome</p>	

<p>extrema no AF são tomadas pelo homem; Coordenação Local: Na estrutura de coordenação devem ser incluídas mulheres beneficiárias e participar do acompanhamento do Projecto em respectivas áreas; a comunidade aceita que os ADECOS façam visitas domiciliárias aos beneficiários sendo bom que do grupo haja também ADECOS do sexo feminino; Há interesse em participar das actividades do Projecto; o melhor período de envolvimento das mulheres é das 14h00 as 16h30; a equipa de projecto deve agir com abertura e critérios claros para que a comunidade sinta que a intervenção atende a todos sem discriminação, dando particular atenção as mulheres.</p>	
<p>Actividade 8: Grupo Focal Misto Data: 23/12/2025 Província/Município: Cunene/Ombadja Local: Pátio da Administração Municipal</p>	<p>PARTICIPANTES: 20 Homens (14); Mulheres (6)</p>
<p>Conhecimentos sobre alimentação, nutrição e desnutrição: alimentação básica na região (pirão de massango, de massambala, de milho, feijão macunde e amendoim, mafuma), algumas vezes mel e arroz; quando chove há produção local, mas fora disso é preciso comprar alimentos que vêm da Huíla ou da Namíbia; a produção local sustenta apenas as famílias por 6 meses e os restantes meses do ano são de fome; algumas casas têm 3 refeições/dia, mas quando há escassez de alimentos esse nº pode ficar reduzido para 1 única refeição por dia; quem deve comer primeiro são as crianças (no período da fome); em momento de muita dificuldade em razão da seca ou inundações, a melhor saída é deslocarem-se à Namíbia em busca de trabalho temporário; Há casos de desnutrição na comunidade, principalmente de crianças e idosos; percebe-se a desnutrição sobretudo pelo emagrecimento e mau aspecto da pele da pessoa afectada; para combater a desnutrição, muitas vezes se recorre ao tratamento tradicional; Crítérios de elegibilidade e condicionalidades: os jovens também são vulneráveis, estão no desemprego; não há problemas dos envolvidos no Projecto contribuírem com tudo que estiver ao seu alcance; as condicionalidades são boas, bem vindas e necessárias para responsabilizar as pessoas; os incumpridores devem ser responsabilizados e ser-lhes dada uma segunda chance quando se justificar;</p> <p>Práticas culturais e resiliência comunitária: na maior parte das vezes, sobretudo entre os jovens, o recurso a biscoitos constitui a primeira forma de fazer face à escassez de alimentos; por vezes, há outras alternativas como cavar cacimbas ou a fabricar adobes para terceiros em troca de comida; em alguns casos, a migração para a Namíbia tem sido a alternativa ou o recurso a biscoitos constitui a primeira forma de fazer face à escassez de alimentos; a mulher tem geralmente pouca participação na tomada de decisão sobre o que fazer, sobretudo quando a situação exige vender um bem da casa. Coordenação Local: dentro da estrutura de coordenação e acompanhamento do projecto também devem ser incluídos jovens beneficiários nas respectivas áreas; a comunidade aceita que os ADECOS façam visitas domiciliárias aos beneficiários, sendo necessário conhecer qual o papel dos ADECOS no Projecto; os jovens estão dispostos a participar do Projecto, preferencialmente das 14h00 em diante.</p>	
<p>Actividade 9: Grupo Focal Homens Data: 18/12/2025 Província/Município: Huambo/Cachiungo Local: Pátio da Administração Municipal</p>	<p>PARTICIPANTES: Homens: 17</p>
<p>1. Conhecimentos sobre alimentação, nutrição e desnutrição: Alimentação básica na região (pirão de milho e feijão); as hortícolas, mandioca, soja e batatas são complementos, todos produzidos localmente com excepção do arroz; geralmente as famílias têm 2 refeições/dia e quando há escassez de alimentos, pode ficar reduzido para uma única refeição/dia; quando há fome viajam em busca de oportunidades em outras paragens e biscoitos em lavras de vizinhos sempre que possível; nos meses de fome as crianças e os velhos emagrecem e muitas vezes têm que ir ao hospital; os pais que têm tempo acompanham ao hospital, mas são geralmente as mulheres que se ocupam dessa tarefa; para evitar a desnutrição não pode faltar comida em casa; os homens devem ser priorizados pois precisam ter uma base de apoio que lhes permitam realizar actividades económicas com maior sucesso.</p> <p>2. Crítérios de elegibilidade e condicionalidades: As condicionalidades são boas, pois há muitos preguiçosos na comunidade. Apesar do apoio, é importante que haja participação e comparticipação em função das possibilidades. Esta prática não é uma surpresa para a comunidade, sempre houve condicionalidades na vivência da comunidade. Por isso, aquele que acha que não deve ser submetido a condicionalidades o melhor é que não faça parte do projecto.</p> <p>3. Práticas culturais e resiliência comunitária: numa situação de muita fome na família recorrem a empréstimos (comida ou dinheiro) a pessoas de confiança ou a pedidos a familiares que residem na cidade; noutros casos, apelam a doações junto da Administração Municipal; em situação de seca e fome extremas, aos homens está reservado o papel da busca de grandes alternativas, quer para a produção ao nível do AF, quer por via de negócios; em caso de recurso ao meio natural, ao homem cabe também o papel de trazer proventos para o AF por via da caça, da pesca e da apicultura; as decisões sobre o que fazer em caso de seca e fome extrema no AF são tomadas pelo homem, sendo a mulher é a principal executora dessas decisões; a decisão do homem é muito importante, sobretudo em situações em que tem de ser vendido algum bem de casa; 4. Coordenação Local: A comunidade deve participar da coordenação do projecto através da organização de pequenos núcleos de beneficiários em cada zona de residência; aceitam que os ADECOS realizem visitas domiciliárias mas devem ser criados mecanismos que limitem o seu poder, evitando acções de nepotismo, pois residem nas mesmas áreas que os beneficiários; estão dispostos a participar das actividades, em qualquer horário, desde que haja prévia comunicação, excepto aos sábados e domingos por razões religiosas; a equipa do projecto deve agir com abertura e critérios claros para que a comunidade sinta que a intervenção atende a todos sem discriminação.</p>	

Actividade 5: Grupo Focal – Jovens Data: 18/12/2025 Província/Município: Huambo/Cachiungo Local: Pátio da Administração Municipal	PARTICIPANTES: 18 Jovens (Homens,Mulheres): 13/5 mulheres
<p>Conhecimentos sobre alimentação, nutrição e desnutrição: Alimentação básica na região (pirão, arroz e feijão) e a batata-rena e hortícolas são complementos; esses alimentos são produzidos localmente com excepção do arroz; O mês da fome é Janeiro. Por vezes, a partir de Dezembro já há fome; frequência das refeições (3 refeições por dia) mas quando há escassez de alimentos esse nº pode ficar reduzido para 2 ou uma única refeição por dia; as crianças geralmente comem mais (3 a 4 vezes por dia); Quando a comida é pouca, todo esforço deve ser direccionado para manter as crianças, principalmente aquelas que já não são lactantes; quando há fome, devem ser feitos biscoitos, mesmo que seja para lavar roupa de alguém ou capinar no pátio de um vizinho e também procura-se por negócios; Há sim casos de desnutrição na comunidade, principalmente de crianças cujas mães engravidam antes dos bebés completarem os 2 anos de idade; quando isso acontece o melhor é ir ao hospital, pois ali há medicamentos e também leite próprio e papas para os desnutridos; a principal prática para evitar a desnutrição é amamentar a criança até aos 2 anos. Para isso faz-se recurso ao planeamento familiar, de modo a não engravidar cedo; Critérios de elegibilidade e condicionalidades: os jovens devem ser prioridade, pois estão com dificuldades de emprego e também querem contribuir para a construção do bem-estar de suas famílias; as condicionalidades são boas e bem-vindas, pois há muitos jovens preguiçosos que acham que tudo deve ser dado por terceiros; cada um deve fazer a sua parte de acordo com as suas possibilidades; algumas condicionalidades ligadas aos serviços públicos exigem emolumentos e os jovens estão muitas vezes desprovidos de dinheiro, pode haver dificuldades de cumprimento mas naquilo que estiver ao alcance não haverá razões para não cumprir; aquele que não quiser cumprir o melhor é que saia do projecto; Práticas culturais e resiliência comunitária: perante uma situação de fome, a primeira saída é fazer biscoitos e pequenos negócios e diminuir o nº de refeições/dia; Em caso de fome extrema, algumas pessoas podem optar pela sua saída em busca de melhores condições de vida na cidade; Há também casos de casamento precoce estimulado pelos pais por conta da precariedade das condições de sustento no seio familiar; Não há grande diferença entre os papéis das mulheres dos assumidos pelos homens em caso de uma situação de seca e fome; em caso de fome extrema são os homens que saem em busca de melhores condições de vida no meio urbano; nesses casos a jovem mulher tem tendência de voltar ao agregado de seus progenitores em busca de alimentos e protecção no geral; as decisões sobre o que fazer em caso de seca e fome extrema no são tomadas de comum acordo; Coordenação Local: os jovens devem participar da coordenação e acompanhamento do projecto por via de representantes; a comunidade aceita que os ADECOS façam visitas domiciliarias aos beneficiários; a comunidade está disposta a participar de todas actividades sem restrição; o horário pode incluir qualquer hora do dia, desde que haja prévia comunicação, com excepção dos sábados e domingos por razões religiosas; A equipa de projecto deve agir com abertura e critérios claros para que a comunidade sinta que a intervenção atende a todos sem discriminação.</p>	
Actividade 5: Grupo Focal – Mulheres Data: 18/12/2025 Província/Município: Huambo/Cachiungo; Local: Pátio da Administração Municipal	PARTICIPANTES: 13
<p>Conhecimentos sobre alimentação, nutrição e desnutrição: Alimentação básica na região (pirão de milho, feijão, verduras diversas, batata-doce e batata-rena, mandioca. Hortícolas, arroz e soja são complementos); Esses alimentos são produzidos localmente com excepção do arroz e também do óleo vegetal; A fome começa geralmente em Novembro e vai até finais de Fevereiro quando as lavras já começam a dar algum resultado. Nessa altura de fome, as refeições já não são abundantes como em outros períodos; Geralmente as famílias têm 3 refeições por dia. Mas quando há escassez de alimentos esse nº pode ficar reduzido para uma única refeição por dia; No tempo da fome, os poucos alimentos devem ser direccionados para as crianças. Nessa altura, há que improvisar papas ou sopas, para que as crianças não passem tão mal e procura-se por comida de todas as formas; Trabalham nas lavras dos vizinhos ou fazem pequenos negócios; Há casos de desnutrição na comunidade, mais nos meses de fome. Muitas crianças emagrecem. A solução passa pela melhoria da alimentação, fazendo uso da soja e das sopas, mas também do leite para os que têm possibilidades. Para casos graves a solução passa pela consulta no hospital; A principal prática para evitar a desnutrição é alimentar melhor as crianças (garantir pelo menos 3 refeições/dia). Quando há possibilidades, é feita sopa ou chá de soja por esses serem alimentos ricos. O leite e o ovo também ajudam, mas nem sempre há possibilidades. Outra forma de evitar a desnutrição nas crianças é evitar engravidar quando o bebé ainda não completou 2 anos.</p> <p>Critérios de elegibilidade e condicionalidades: As mulheres devem ser prioritárias no acesso a este projecto porque são o garante do bem-estar da família. Um apoio feito a uma mulher é geralmente durável e seguro; Não faz sentido receber apoios continuamente, aquilo que está ao alcance da comunidade deve ser feito por esta de forma voluntária. Por isso as condicionalidades são boas para responsabilizar as pessoas que beneficiam, combater a preguiça e o espírito de “deixa andar; Não há condicionalidades que não estejam ao alcance da comunidade. Quem não quer ter obrigações, o melhor é saia do projecto;</p> <p>Práticas culturais e resiliência comunitária: Além de diminuir o nº de refeições por dia, em situação de fome opta-se por alimentos com preço mais baixo no mercado (milho, batata-doce e mandioca). Opta-se também por papas, sopas e quissangua, ao invés de refeições sólidas ou recorre-se também a doações na comunidade, sobretudo por via de igreja locais; Em caso de seca e fome extrema, às mulheres está reservado um papel de adaptação da alimentação ao novo contexto, incluindo a apanha de frutos silvestres, larvas comestíveis e cogumelos; a elas também está reservado o papel de</p>	

trabalhar por comida (em tarefas domésticas) ou até pedir comida em vizinhos ou a familiares de confiança, assim como a conservação de sementes, de modo que a família tenha alguma alternativa em caso de normalização da situação ambiental e de vender qualquer bem ou a comprar alimentos, não obstante que a decisão seja do homem; as decisões sobre o que fazer em caso de seca e fome extrema são tomadas pelo homem, embora se respeite a opinião da mulher; apesar da decisão ser masculina, em caso desta pender para a venda de qualquer bem, são geralmente aqueles directamente ligados a mulher os que são sacrificados em primeiro lugar.

Coordenação Local: As mulheres devem participar da coordenação e nas sessões de acompanhamento do projecto; aceitam que os ADECOS façam visitas domiciliárias; Para a componente de Saúde e Nutrição preferem que os ADECOS sejam do sexo feminino; estão dispostas a participar de todas actividades sem restrição; o horário pode incluir qualquer hora do dia, desde que haja prévia comunicação, com excepção dos sábados e domingos por razões religiosas.

ANEXO 3: FORMULÁRIO DE REGISTO DE RECLAMAÇÕES

ANEXO 3.1: Qualificadores do SPEREC – TSM/CH/IP

SUBCOMPONENTES	Tipo de Zona	Qualificador	Variáveis
Capital Humano (CH)	Rural Urbana	Cadastramento/Seleção	A1. Não fui cadastrado/a
			A2. Necessidade de alteração de dados de cadastramento (Nome, data de nascimento, ocupação, Nº de documento, ponto fixo)
			A3. Mudança de residência
			A4. Não residente no bairro/aldeia
			A5. Fui cadastrado mas não fui inscrito na Inclusão Produtiva (IP)
			A6. Reúno os critérios mas não fui inscrito na IP
			A7. Não houve envolvimento das autoridades locais (autoridades tradicionais, comissões de moradores) na seleção dos bairros/aldeias
			A8. No município existem bairros/aldeias mais vulneráveis que ficaram fora do Projecto
			A9. Sou beneficiário/a, tenho crianças menores de 5 anos, mas não beneficio de apoio
Transferência Social Monetária (TSM)		Notificações Administrativas	B1. Cartão de beneficiário do Projecto danificado (Mão uso, incêndio, roído por ratos)
			B2. Perda de documentos de identificação de beneficiário
			B3. Mudança de chefe do Agregado Familiar por motivo de morte, incapacidade
			B4. Elogios e agradecimentos
			B5. Ausente no dia do pagamento
			B6. Pedido de esclarecimento/informação
Inclusão Produtiva (IP)		Benefícios do Programa	<u>C1. Problemas relacionados com pagamentos:</u> C1.1. Não carregamento da conta C1.2. Agente de pagamento não me pagou C1.3. Valor recebido não corresponde à prestação C1.4. Pagamento/os em atraso
			<u>C2. Problemas com meios de pagamento:</u> C2.1. Perda/extravio do meio de pagamento (cartão multicaixa, telemóvel, SIM CARD) C2.2. Problemas com o PIN (Ilegível, Perdido) C2.3. PIN não corresponde com o cartão multicaixa /SIM CARD C2.4. Atraso na substituição de cartões multicaixa/ SIM CARD C2.5. Cartão desactivado/ Bloqueado por inserção consecutiva do PIN errado C2.6. Cartão PIN retido no ATM C2.7 Notificação de conta suspensa pelo ATM C2.8 Cartão não autorizado
			<u>C3. Problemas com assistência técnica:</u> C3.1. Acompanhamento da Agência de Implementação não é bom C3.2. Desde que recebemos os Kits nunca mais ninguém veio nos apoiar C3.3. Não recebi a assistência técnica necessária para melhorar o meu plano de negócio
			<u>C4. Problemas com os Kits:</u>

			<p>C4.1. Equipamentos e materiais fornecidos não são apropriados para o que eu faço</p> <p>C4.2. Equipamentos e materiais foram entregues muito tarde, o que afectou o ciclo de produção</p> <p>C4.3. Não foram entregues equipamentos de higiene e segurança no trabalho (kit de primeiros socorros, botas, capacete, luvas, etc.)</p> <p>C4.4. Recebi equipamento com defeitos</p> <p>C4.5. Recebi equipamentos com custos muito elevado e não tenho condições de reembolsar</p> <p>C4.6. Equipamentos entregues incompletos</p> <p>C4.7. Recebi equipamentos de baixa qualidade</p> <p>C4.8. Uso de kits de produção e meios colectivos para fins pessoais</p> <p>C4.9. Faço parte de um grupo de produção mas não tenho acesso aos equipamentos e materiais</p> <p><u>C5. Caixas / Curais Comunitários:</u></p> <p>C5.1. Esterilidade das sementes e animais de pequeno porte</p> <p>C5.2. Animais entregues sem serem vacinados</p> <p>C5.3. Valor recebido para financiar o plano de negócios é inferior ao solicitado</p> <p>C5.4. Chegou a minha vez de receber os benefícios, mas não recebi</p> <p>C5.5. Pessoas que receberam benefícios não estão a devolver e não são penalizadas</p>
		Erros de Inclusão/Exclusão	<p>D1. Conheço alguém que não reúne os critérios mas é beneficiário do KWENDA</p> <p>D2. Não fui seleccionado/a pela minha opção política</p> <p>D3. Não fui seleccionado/a por ser mulher</p> <p>D4. Não fui seleccionado/a por ser de outra etnia</p> <p>D5. Não fui seleccionado/a na pela minha condição física ou de saúde</p> <p>D6. Não fui seleccionado/a na IP minha opção religiosa</p> <p>D7. Não fui seleccionado/a por ser de uma minoria etnolinguística</p> <p>D8. Cadastrado/a e o nome não saiu na lista de propostos, nem na lista de não propostos</p> <p>D9. O nome saiu na lista de não propostos e não concordo</p> <p>D10. Fui excluído/a do Projecto e desconheço as razões</p> <p>D11. Nome constava da lista provisória de propostos mas não consta da lista definitiva dos propostos</p> <p>D12. Desactivado/a das TSM mas reúno os critérios para continuar a receber benefícios</p> <p>D13. Duplo registo - Duas ou mais pessoas no mesmo agregado familiar</p> <p>D14. Duplo registo- Da mesma pessoa</p> <p>D15. Dependente de um(a) beneficiário(a)</p> <p>D16. Recebe benefícios do Estado (Caixa social FAA, Caixa de providência PNA, Pensionista)</p> <p>D17. Funcionário Público</p>

			<p>D18. Possuidor de bens (Criador de gado, Empresário, Empreendedor, etc.</p> <p>D19. Um dos membros do AF já é beneficiário do Programa</p>
		Ética	<p>E1. Favorecimento de pessoas não elegíveis para o Projecto</p> <p>E2. Nepotismo e clientelismo no cadastramento e selecção</p> <p>E3. Nepotismo e clientelismo na atribuição de benefícios</p> <p>E4. Nepotismo e clientelismo no acesso a financiamento</p> <p>E5. Postura dos técnicos não tem sido a mais correcta</p> <p>E6. Consumo de alcool e drogas por pessoal ligado ao Projecto</p> <p>E7. Falta de acompanhamento dos grupos de beneficiários</p> <p>E8. Abuso de poder</p> <p>E9. Burla</p> <p>E10. Apropriação indevida do beneficio por terceiros</p> <p>E11. Oportunismo político</p> <p>E12. Negligência deliberada por motivações pessoais</p> <p>E14. Postura, forma de falar e agir inadequado (sem respeito)</p>
		Violência Baseada no Género (VBG)	<p>F1. Envolvimento de técnicos do Projecto/parceiros/prestadores de serviços com meninos(as) na comunidade</p> <p>F2. Actos de violência decorrentes do recebimento do beneficio levados a cabo pelos/as parceiros/as</p> <p>F3. Abuso/violação sexual</p> <p>F4. Assédio sexual</p> <p>F5. Práticas culturais discriminatórias contra os direitos das mulheres</p> <p>F6. Actos de violência decorrentes do recebimento do beneficio levados a cabo pelos/as filhos/as, netos/as, outros parentes</p> <p>F7. Condicionamento na selecção ou entrega de benefícios em troca de favores</p>
		Higiene e Segurança no Trabalho	<p>G1. Incumprimento das medidas de segurança e higiene no trabalho (kit de primeiros socorros, medidas de biosegurança)</p> <p>G2. Ausência de equipamentos de protecção individual (máscaras, luvas, alcool gel)</p> <p>G3. Ausência de equipamentos apropriados quando se justifique (botas, luvas, capa de chuva, coletes salva vida, capacete, redes mosquiteiros, repelentes etc)</p> <p>G4. Sofri um acidente de trabalho, mas não recebi nenhum tratamento médico</p> <p>G5. Sala de formação não tem luz suficiente</p> <p>G6. Capacidade da sala de formação é incompatível</p> <p>G7. Excesso de número de formandos na sala</p>
		Formação/Capacitação	<p>H1. Matérias ministradas em idiomas que não entendo</p> <p>H2. Não recebi materiais de formação (caderno, lapiseira)</p> <p>H3. Conclui a formação e não recebi o certificado</p>

			<p>H4. Formador/a não cumpre o plano de formação</p> <p>H5. Tempo das aulas práticas é insuficiente para aumentar os conhecimentos</p> <p>H6. Espaço seleccionado para a realização da formação não é adequado (falta de ventilação, iluminação, wc, etc)</p> <p>H7. Não recebi materiais de apoio (manuais)</p> <p>H8. Não recebi aulas práticas</p> <p>H9. Nas aulas práticas não recebi EPIs</p>
--	--	--	--

ANEXO 3.2: Qualificadores do SPEREC – ADECOS

	Qualificador	Variáveis
ADECOS	Erros de Exclusão/Inclusão	A1. A pessoa seleccionada para ADECOS não vive no bairro/aldeia
		A2. O processo de eleição favoreceu parentes do soba/coordenador do bairro
		A3. Fui excluído(a) da eleição pela minha opção política
		A4. Fui excluído da eleição por ser mulher
		A5. Fui excluído(a) da eleição por ser de outra etnia
		A6. Fui excluído(a) da eleição pela minha condição física ou de saúde
		A7. Fui excluído(a) da eleição pela minha opção religiosa
		A8. Fui excluído(a) da eleição pela minha idade
	Ética	B1. A eleição dos ADECOS não obedeceu aos critérios
		B2. A postura dos técnicos não tem sido a mais correcta
		B3. Consumo de alcool, drogas pelos técnicos
		B4. Oportunismo político
		B5. Favorecimento de pessoas para desempenho de algumas actividades
		B6. Racismo
		B7. Machismo
		B8. Gordofobia
		B9. Intolerância religiosa
		B10. Etarismo (idade)
		B11. Discriminação por doença
		B12. Xenofobia (origem ou nacionalidade)
		B13. Capacitismo (deficiência)
		B14. Fui desrespeitado(a) por um(a) técnico(a) ou estagiário(a)
		B15. Fui desrespeitado (a) pelo Director Provincial
		B16. Fui desrespeitado (a) pelo supervisor
	Violência Baseada no Género	C1. Abuso de poder por parte dos técnicos
		C2. Actos de assédio, troca de favores, coacção
		C3. Envolvimento de técnicos com ADECOS
		C4. Fui vítima de abuso/assédio/violação sexual
C5. Conversas indesejadas sobre sexo		
C. Violência Baseada no Género (continuação)	C6. Contacto físico não consentido	
	C7. Exploração sexual	
	C8. Importunação sexual (exibicionismo)	
	C9. Piadas de cunho sexual	
	C10. Solicitação de favores sexuais	
	C11. Testemunho de uma situação de assédio sexual	
	C12. Conhecimento de caso de assédio sexual e desejo denunciar	
	C14. Impedimento de participar de actividades como forma de punição	
Formação/Capacitação	D1. Não recebi materiais de formação (caderno, lapiseira)	
	D2. Conclui a formação e não recebi o certificado	
	D3. Formador/a não cumpre o plano de formação	
	D4. Tempo das aulas práticas é insuficiente para aumentar os conhecimentos	

		D5. Espaço seleccionado para a realização da formação não é adequado (falta de ventilação, iluminação, wc, etc)
		D6. Não recebi materiais de apoio (manuais)
		D7. Nota final da minha avaliação não corresponde a minha performance
		D8. Não recebi aulas práticas
		D9. Nas aulas práticas não recebi EPIs
		D10. A alimentação durante a formação tem sido de má qualidade
		D11. A hospedagem durante a formação tem sido de má qualidade
	Trabalho de Campo	E1. A alimentação durante o trabalho de campo tem sido de má qualidade
		E2. A hospedagem durante o trabalho de campo tem sido de má qualidade
		E3. Não recebi os meus subsídios de trabalho de campo e de alimentação
		E4. A diária de alimentação não chega para nada
		E5. Recebi a minha diária de alimentação com atraso
	Higiene e Segurança no Trabalho	F1. As peças de atavio entregues não têm qualidade
		F2. As peças de atavio são insuficientes
		F3. Não recebi a capacitação sobre medidas de higiene
		F4. Não recebi os equipamentos de protecção individuais (capa de chuva, botas)
		F5. Não temos kits de primeiro socorro
		F6. Os motoristas conduzem com muita velocidade
		F7. Os ADECOS conduzem as motorizadas sem carta de condução
		F8. Somos transportados na canope das carrinhas com muita gente
	Acompanhamento dos ADECOS	G1. Há diferença no tratamento dos ADECOS (uns têm mais oportunidades que outros)
		G2. A linguagem utilizada para falar comigo não é a mais adequada
		G3. Não tenho tido um bom acompanhamento do trabalho que realizo
		G4. Não recebo o meu susbídio com regularidade (atraso)

**ANEXO 4: LISTA DE ATENDIMENTO DO SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO
RECLAMAÇÕES (SPEREC)**

Nº	Província	Telefone
1	Luanda (Direcção Geral)	944 307 400
2	Bengo	937 326 186
3	Benguela	922 235 468
4	Bié	943 580 420
5	Cabinda	939 043 090
6	Cuanza Norte	924 225 889
7	Cuanza Sul	922 189 995
8	Quando Cubango	922 460 091
9	Cunene	940 686 877
10	Huambo	939 224 114
11	Huíla	932 124 219
12	Luanda	922 047 770
13	Lunda Norte	930 956 595
14	Lunda Sul	934 486 733
15	Malanje	921 219 061
16	Moxico	942 443 709
17	Namibe	948 642 928
18	Uíge	935 429 057
19	Zaire	926 987 117